

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**MESTRADO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS**

**DISSERTAÇÃO**

**Repensando o Empreendedorismo: Necessidade ou vocação?**

**Uma análise a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE**

**Marcos Aurelio Campos de Queiroz**

**2006**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
MESTRADO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS**

**REPENSANDO O EMPREENDEDORISMO: NECESSIDADE OU  
VOCAÇÃO? UMA ANÁLISE A PARTIR DO CADASTRO CENTRAL  
DE EMPRESAS DO IBGE**

**MARCOS AURELIO CAMPOS DE QUEIROZ**

**Sob a Orientação do Professor  
Cezar Augusto Miranda Guedes**

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de **Mestre**  
em Gestão e Estratégia em Negócios.

Seropédica, RJ  
Julho de 2006

658.022

Q3r

T

Queiroz, Marcos Aurelio Campos de,  
1971-

Repensando o empreendedorismo: necessidade ou vocação? Uma análise a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE / Marcos Aurelio Campos de Queiroz. – 2006.

67 f. : il.

Orientador: Cezar Augusto  
Miranda Guedes.

Dissertação (mestrado) –  
Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Instituto de Ciências  
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 59-62.

1. Pequenas e médias empresas -  
Teses. 2. Empreendimentos - Teses.  
3. Empresários - Teses. 4. Mercado  
de trabalho - Teses. I. Guedes,  
Cezar Augusto Miranda, 1954-. II.  
Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro. Instituto de Ciências  
Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS

**MARCOS AURELIO CAMPOS DE QUEIROZ**

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios,  
como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** em Gestão e Estratégia em Negócios.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08 / 08/ 2006.

---

Cezar Augusto Miranda Guedes. Dr. UFRRJ  
(Orientador)

---

Maria José da Costa. Dr<sup>a</sup>. UFRRJ  
(Membro)

---

Mario Luiz Freitas Lemos. Dr. BNDES  
(Membro Externo)

## Agradecimentos

A Deus, pela oportunidade de ter feito este curso.

Aos meus pais, pelo esforço que fizeram em benefício de minha educação.

Ao meu orientador, Prof. Cezar Guedes, por sua orientação e dedicação.

A Maria do Socorro Alves Nunes e Prof. Mirian Garcia Nogueira (UFF), pelo incentivo em participar da seleção para ingresso neste curso.

A Denise Guichard Freire, Rogério Malheiros dos Santos e equipe do Cadastro Central de Empresas do IBGE, pela disponibilização da relação de pessoas jurídicas que compõem o universo desta pesquisa.

A Gylcilene Ribeiro Storino, Coordenadora de Planejamento e Supervisão do IBGE, por seus imprescindíveis comentários sobre a execução do trabalho de campo.

Aos colegas de gerência no IBGE, Talita Tunala e André Cabral Dantas, pelo constante incentivo e apoio na elaboração deste trabalho.

A Odicea Arantes Matos e Deyse Ferreira Alves, Bibliotecárias do IBGE, Sandra Márcia Melo, Luzinete Neves Ruas e Maria de Fátima Ribeiro, pelo apoio na obtenção das referências bibliográficas.

A Silvio Loureiro Silva, Estatístico do IBGE, pela orientação na seleção da amostra da pesquisa.

Aos profissionais que responderam o questionário de pesquisa, por sua fundamental colaboração à execução deste trabalho.

A todos os profissionais procurados, que mesmo não tendo respondido o questionário de pesquisa, me receberam e de alguma forma possibilitaram analisar o objeto de estudo da pesquisa.

Aos porteiros, recepcionistas, vigilantes e demais funcionários atuantes nos endereços visitados, por suas imprescindíveis informações a respeito da localização das pessoas jurídicas solicitadas.

Aos familiares, amigos, colegas de trabalho e de turma, que de algum modo contribuíram para a conclusão deste trabalho.

*“Uma aranha realiza operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha envergonha alguns mestres-de-obras humanos com a construção de seus favos de cera. Mas o que distingue de início o pior dos mestres-de-obras da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho surge um resultado que no início do mesmo já existia na imaginação do trabalhador, portanto já tinha existência ideal”.*

Karl Marx, *in* Paul Singer (2000 : 7)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	1
1.1. Apresentação	1
1.2. Objetivo Geral	2
1.3. Objetivos Específicos	2
1.4. Justificativa	3
1.5. Problema de Pesquisa	3
1.6. Limitação	3
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	5
2.1 Rio de Janeiro: trajetória econômica e a deterioração de seu mercado de trabalho	5
2.2 O setor de serviços e suas características	12
2.3 Empreendedorismo: Criação de empresas e sobrevivência no mercado de trabalho	24
<b>3 METODOLOGIA</b>	32
3.1 Referencial Teórico e definição da metodologia	32
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	39
4.1 Execução do trabalho de campo e considerações iniciais	39
4.2. Situação das pessoas jurídicas pesquisadas e análise por segmento da CNAE	41
4.2.1. Considerações Iniciais	41
4.2.2. Código 65 - Intermediação Financeira	45
4.2.3. Código 72 - Atividades de Informática e Serviços Relacionados	47
4.2.4. Código 74 - Serviços Prestados Principalmente às Empresas	48
4.2.5. Código 92 - Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	49
4.2.6. Análise dos questionários respondidos	50
<b>5. CONCLUSÃO</b>	56
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	59
<b>ANEXOS:</b>	63
<b>A - Formulário de Pesquisa</b>	64
<b>B - Carta aos proprietários não encontrados de Pessoas Jurídicas em funcionamento</b>	67

## ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

### **Quadro 1**

Justificativa de seleção na CNAE dos segmentos pesquisados ..... 34

### **Tabela 1**

Comparação da quantidade de Pessoas Jurídicas no setor de serviços no município do Rio de Janeiro por faixas de pessoal ocupado (Códigos 65, 72, 74 e 92 da CNAE)..... 34

### **Tabela 2**

Seleção da amostra estratificada por código da CNAE..... 36

### **Tabela 3**

Distribuição das Pessoas Jurídicas por código da CNAE e resultado do trabalho de campo.....42

### **Tabela 4**

Quantidade de Pessoas Jurídicas com situação cadastral “Ativa” e não encontradas no endereço informado no CNPJ..... 43

### **Tabela 5**

Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Intermediação Financeira” conforme situação verificada no trabalho de campo..... 45

### **Tabela 6**

Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Informática e Serviços Relacionados” conforme situação verificada no trabalho de campo..... 47

### **Tabela 7**

Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Serviços Prestados Principalmente às Empresas” conforme situação verificada no trabalho de campo..... 48

### **Tabela 8**

Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas” conforme situação verificada no trabalho de campo.....49

### **Tabela 9**

Quantidade de Pessoas Jurídicas que responderam o questionário de pesquisa por código da CNAE..... 50

### **Tabela 10**

Distribuição de respondentes do questionário de pesquisa por local de residência..... 50

### **Tabela 11**

Origem do recurso financeiro utilizado para financiar a abertura da Pessoa Jurídica..... 51

### **Tabela 12**

Razões de motivação para abertura da Pessoa Jurídica..... 52

## LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS

CAGED.....	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEMPRE...	Cadastro Central de Empresas
CEP .....	Código de Endereçamento Postal
CNAE .....	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ.....	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
ECINF.....	Pesquisa de Economia Informal Urbana
ECT .....	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FAT.....	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS .....	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUBRA.....	Fundação Universidade de Brasília
GEM.....	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE .....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS .....	Instituto Nacional de Seguro Social
OIT.....	Organização Internacional do Trabalho
PEA.....	População Economicamente Ativa
PIA .....	População em Idade Ativa
PIB .....	Produto Interno Bruto
PJ .....	Pessoas Jurídicas
PME's.....	Pequenas e Médias Empresas
PNAD .....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RAIS .....	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE...	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIMPLES...	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

TI ..... Tecnologia da Informação

TICs ..... Tecnologias da Informação e Comunicação

## RESUMO

QUEIROZ, Marcos Aurelio Campos de. **Repensando o Empreendedorismo: Necessidade ou vocação? Uma análise a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE.** 2006. 67p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Este trabalho tem como objetivo estudar as pessoas jurídicas com até quatro profissionais, localizadas no Centro do município do Rio de Janeiro e atuantes em quatro segmentos de serviços selecionados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): Intermediação Financeira, Atividades de Informática e Serviços Relacionados, Serviços Prestados Principalmente às Empresas e Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas. A pesquisa caracteriza o perfil destas pessoas jurídicas, observando sua dinâmica e lógica de funcionamento, a partir da relação fornecida pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A amostra aleatória estratificada foi selecionada através do *software Excel for Windows*, e para a coleta de dados foi elaborado um questionário, visando o registro dos motivos de abertura das pessoas jurídicas, o nível de experiência dos profissionais consultados, dificuldade de manutenção do negócio, meios utilizados de prestação de serviços, o tipo de clientes e a motivação para atuação profissional no futuro próximo. O estudo contextualiza a trajetória econômica recente do Rio de Janeiro, discute as alterações ocorridas no mercado de trabalho que resultaram na diminuição da oferta de empregos, as características do setor de serviços e sua importância no mundo contemporâneo, as características do empreendedorismo, a importância das micro e pequenas empresas e abertura de pessoas jurídicas enquanto alternativa para atuação profissional. A partir do processamento dos dados coletados por meio do questionário de pesquisa e de constatações feitas durante o trabalho de pesquisa, é apresentada uma análise descritiva da realidade atual de cada um dos quatro segmentos de serviços pesquisados, e discutida a motivação para abertura e manutenção das pessoas jurídicas, seja por espírito empreendedor destes profissionais e/ou por adaptação à realidade atual do mercado de trabalho. O estudo revela uma elevada instabilidade das pessoas jurídicas pesquisadas, indicando que o elevado número de abertura de novas unidades é resultado tanto do espírito empreendedor dos profissionais envolvidos, quanto de um movimento de adaptação destes profissionais à escassez de vagas no mercado de trabalho formal, que tem se acentuado nos últimos anos. Foi observado que a abertura de pessoas jurídicas é um recurso utilizado para atuação dos empreendedores no sentido de legalizar suas atividades e atuar na economia formal, sendo confirmada a predominância do chamado “empreendedorismo por necessidade”, tal qual é a modalidade de empreendedorismo mais comum no Brasil.

**Palavras chave:** Empreendedorismo. Microempresas. Mercado de Trabalho.

## ABSTRACT

QUEIROZ, Marcos Aurelio Campos de. **Reconsidering Entrepreneurship: Necessity or vocation? An analysis based on IBGE Central Register of Enterprises.** 2006. 67p. Dissertation (Master in Business Management and Strategy) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

This work aims to study legal entities with up to four professionals, located in Downtown Rio de Janeiro, and acting at four services segments selected in the Economic Activities National Classification (CNAE): Financial Intermediation, Computing Activities and Related Services, Services Specially Rendered to Other Enterprises and Recreative, Cultural and Sportive Activities. The research characterizes the profile of these legal entities, observing their dynamics and acting logics, from the reporting supplied by the Central Register of Enterprises (CEMPRE) of Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The random stratified sampling was selected by *Excel for Windows software*, and a questionnaire was elaborated to collect data so as to register the opening reasons of these legal entities, experience level of consulted professionals, business maintenance difficulties, means of rendering services, type of clients and professional performance motivation in the near future. The study shows the context of the recent economics trajectory of Rio de Janeiro, discusses the changes in the labor market which resulted in job offer decrease, the service sector characteristics and their importance in the contemporary world, entrepreneurship characteristics, the importance of very small and small businesses and the opening of legal entities as an alternative for professional performance. From the assessment of the data acquired through the research questionnaire and observations done during the investigation, there is a descriptive analysis of the present reality of each of the four researched services segments, and the motivation behind the opening of legal entities and their maintenance, either as a result of entrepreneurship spirit of the professionals and/or their adaptation to the present reality of the labor market. The study reveals a high instability of the researched legal entities, indicating that the high number of new units opening as a result of the involved professional's entrepreneurship spirit, as an adapting movement of these professionals to the scarcity of formal labor market vacancy, which has been accentuated in the last years. It has been noticed that the opening of legal entities is a means used by entrepreneurs in order to legalize their activities and to act in the formal economy, which confirms the predominance of the so-called “entrepreneurship by necessity”, as it is the most common modality of entrepreneurship in Brazil.

**Key words:** Entrepreneurship. Very small enterprises. Labor Market.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Apresentação

O interesse pelo tema “Empreendedorismo” têm crescido no Brasil nos últimos anos. Seja por vontade de concretizar uma idéia ou por dificuldade de encontrar uma vaga no mercado de trabalho, muitos profissionais têm buscado a formação do próprio negócio como alternativa para atuação profissional.

O mercado de trabalho está cada vez mais restrito e competitivo. As grandes empresas têm passado por processos de reestruturação, que quase sempre resultam em enxugamento do quadro de funcionários. Também o setor público, tradicionalmente um empregador de grande representatividade na economia brasileira, já não tem mais o mesmo peso enquanto empregador, em função das modificações efetuadas nos últimos anos na estrutura do Estado. De um modo geral, com a remodelação das estruturas produtivas e de prestação de serviços, as empresas passaram a manter um pequeno núcleo de profissionais estratégicos que comandam o negócio, passando as atividades táticas e especialmente as operacionais, a serem executadas por empresas terceirizadas ou por prestadores de serviços.

Não se pretende discutir neste trabalho o resultado desta nova forma de gerenciamento dos negócios para a eficiência das organizações, mas é fato que, com a reestruturação de setores que tradicionalmente apresentavam maior oferta de postos de trabalho, o trabalhador vê-se obrigado a se adaptar a esta realidade. Neste contexto, as micro e pequenas empresas têm sua função social ressaltada, visto que empregam um grande contingente de profissionais, pois é por intermédio da constituição de uma pessoa jurídica<sup>1</sup>, que muitos profissionais conseguem sobreviver à escassez de vagas no mercado de trabalho formal, seja abrindo uma microempresa ou atuando como prestadores de serviços para outras empresas.

Os autores que estudam empreendedorismo tratam o tema de um ponto de vista quase sempre bastante otimista, ressaltando a importância da figura do empreendedor para a dinamização da economia e o progresso dos países, e discutindo as razões que podem tornar um negócio rentável e com sucesso. De fato, esta é uma abordagem muito interessante e imprescindível, pois em tese, os cidadãos desejam o progresso e o bem-estar da sociedade. Tanto os textos acadêmicos quanto a imprensa, seja a especializada ou a geral, costumam apresentar casos de sucesso e histórias interessantes, que servem de modelo para profissionais em busca de alternativas para sua atuação profissional ou para o grande contingente que tenta ingressar no mercado de trabalho anualmente, e que para muitos, abrir o próprio negócio acaba sendo a única alternativa de sobrevivência.

No entanto, a apresentação do tema empreendedorismo sempre de forma otimista e apontando profissionais que transformam idéias em negócios rentáveis, pode não retratar a dimensão exata da difícil realidade do mercado de trabalho atualmente. O grande número de pessoas jurídicas constituídas anualmente no Brasil pode ser resultante do espírito empreendedor do povo brasileiro, mas pode ser também um movimento de adaptação à nova

---

<sup>1</sup> Pessoa Jurídica - Em oposição à pessoa natural, expressão adotada para indicação da individualidade jurídica constituída pelo homem, é empregada para designar as instituições, corporações, associações e sociedades, que, por força ou determinação da lei, se personalizam, tomam individualidade própria, para constituir uma entidade jurídica distinta das pessoas que a formam ou que a compõem. SILVA, P. (1997 : 368)

ordem estabelecida. Para muitos profissionais, só há duas alternativas possíveis: adaptar-se e empreender ou ficar à margem do mercado de trabalho.

Em função da terceirização e dos processos de reengenharia observados na década e 1990, a abertura de pessoas jurídicas pode ser consequência da diversificação de investimentos das grandes organizações ou da modificação do vínculo de muitos profissionais, que passam de empregados a terceirizados ou prestadores de serviços, em caráter permanente ou temporário.

Num mercado de trabalho em crise, o setor de serviços é tradicionalmente muito procurado, em função de que contempla desde atividades muito sofisticadas e com alto grau de inovação tecnológica, até atividades simples e que exigem baixa qualificação e pouco investimento financeiro. Muitas delas não exigem sequer um ponto fixo para prestação dos serviços, dispensando despesas com aluguel e outras relativas à manutenção de um posto de trabalho permanente.

No capítulo II, foi realizada a revisão da literatura disponível, para contextualizar a trajetória econômica recente do Rio de Janeiro, as alterações sofridas pelo mercado de trabalho, a constituição de pessoas jurídicas como alternativa para atuação profissional, a caracterização do segmento de serviços, e para a conceituação e reflexão sobre o tema empreendedorismo.

No capítulo III, foi detalhada a metodologia para a discussão do tema da pesquisa, a seleção da amostra aleatória, a execução do trabalho de campo e o processamento dos dados coletados.

No capítulo IV, são demonstradas as dificuldades encontradas para a realização do trabalho de campo e são apontados os fatores que caracterizam o universo pesquisado de pessoas jurídicas. Descrevem-se os resultados da pesquisa, com o detalhamento da realidade encontrada, incluindo um panorama de cada um dos segmentos pesquisados e os resultados obtidos com a aplicação dos questionários. São apresentados ainda relatos de profissionais que responderam ou não o questionário, mas que prestaram informações que possibilitaram conhecer um pouco mais sobre o universo pesquisado, bem como a observação do pesquisador sobre os fatos registrados e informações coletadas.

No capítulo V, apresentam-se as conclusões e comentários finais sobre os resultados obtidos.

## **1.2 Objetivo Geral**

O objetivo geral nesta pesquisa consiste em caracterizar o perfil das pessoas jurídicas do setor de serviços (com até quatro profissionais) localizadas no Centro do Rio de Janeiro, observando sua dinâmica e lógica de funcionamento, a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE.

## **1.3 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos neste trabalho são os seguintes:

- Verificar se a abertura e manutenção das pessoas jurídicas refletem espírito empreendedor de seus fundadores ou alternativa de sobrevivência no mercado de trabalho.
- Através da pesquisa de campo conhecer a diversidade de empresas e identificar as motivações predominantes para abertura das pessoas jurídicas e condicionantes para manutenção do negócio.

#### **1.4 Justificativa**

O tema empreendedorismo está sendo apontado como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e criação de oportunidades no mercado de trabalho. O setor de serviços é de grande participação na sociedade atual, pois tem registrado crescimento de sua participação no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo em função das mudanças sociais e tecnológicas observadas no mundo contemporâneo, bem como pela deteriorização do mercado de trabalho, que tem reduzido a oferta de vagas na economia formal. Também o segmento de pessoas jurídicas composto prioritariamente por proprietários e sócios, é bastante representativo em relação ao universo de pessoas jurídicas legalmente constituídas no Brasil.

Neste sentido, o estudo das pessoas jurídicas com até quatro profissionais, legalmente constituídas no setor de serviços no município do Rio de Janeiro, pretende contribuir para o conhecimento deste nicho e identificar os condicionantes de atuação dos profissionais envolvidos, identificando a abertura de pessoas jurídicas como empreendedorismo ou alternativa de sobrevivência no mercado de trabalho.

#### **1.5 Problema de Pesquisa**

Enquanto nos países desenvolvidos a rede de proteção social tem maior capacidade de absorção dos efeitos decorrentes do desemprego e de recessões temporárias, nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, a precariedade do funcionamento das políticas sociais e a concentração de renda, excluem a maior parte do contingente populacional das melhores oportunidades de desenvolvimento e de acesso ao mercado de trabalho formal, bem como dos empregos mais qualificados.

Considerando que no Brasil o desemprego é um problema de extrema gravidade e que o mercado de trabalho formal tem reduzido sua participação na economia nos últimos anos, esta pesquisa objetiva conhecer a natureza dos empreendedores que atuam na prestação de serviços, setor que no país, tem cumprido a função de “amortecer” o desemprego estrutural, seja na oferta de oportunidades na economia informal, como no mercado de trabalho legalmente constituído.

#### **1.6 Limitação**

A restrição de divulgação de dados pelo IBGE em função do sigilo determinado pela legislação, não permitiu que a relação de pessoas jurídicas disponibilizada contemplasse todas as informações disponíveis no instituto, como, por exemplo, dados econômicos.

Dentre as informações disponíveis, as que não são de caráter obrigatório como o motivo de abertura e fechamento, não são informadas pela maioria das pessoas jurídicas, o que tornou a realização do trabalho de campo imprescindível para a coleta de dados que permitissem enriquecer análise do segmento estudado. No entanto, o grande número de

unidades com situação cadastral “Ativa” na Receita Federal e que não foram encontradas, bem como as que foram encontradas, mas não responderam o questionário, limitou a coleta de dados e conseqüentemente uma análise mais abrangente.

Para delimitação do universo da pesquisa, foi escolhido o Centro do município do Rio de Janeiro, em função da expressiva concentração de pessoas jurídicas em relação ao total registrado em todo o município, nos quatro segmentos de serviços escolhidos para a pesquisa, bem como pela evidente importância histórica e econômica deste bairro para a cidade e o estado do Rio de Janeiro.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Rio de Janeiro: trajetória econômica e a deterioração de seu mercado de trabalho

Toda sociedade defronta-se com o problema de resolução institucional da distribuição da força de trabalho dos indivíduos entre os trabalhos e atividades concretas de produção, e distribuição dos frutos deste trabalho entre os trabalhadores empregados e através dos gastos públicos e privados, entre os indivíduos “legitimamente” não-empregados. Nos sistemas de mercado capitalistas, a “solução” para este duplo problema de alocação tem sido através da instituição de um “mercado” para a “mercadoria” trabalho. OFFE (1985)

Para o autor citado,

“o mercado de trabalho enquanto princípio alocativo da força de trabalho tem tido apenas um êxito limitado, e dificilmente chegará a uma posição de se sustentar como princípio dominante para a resolução desse duplo problema de alocação no futuro concebível do desenvolvimento econômico, social e tecnológico”. (p. 72)

Os últimos anos têm se caracterizado por transformações no mercado de trabalho. Em função das mudanças tecnológicas e sociais, é cada vez mais rara a permanência de um profissional na mesma organização em todo o tempo de sua carreira; os meios tradicionais de contratação de pessoal cada vez mais se revelam incapazes de absorver o contingente de profissionais que ingressam no mercado de trabalho a cada ano, bem como os profissionais que são demitidos e buscam nova ocupação.

Ressalta-se que segundo uma abordagem heterodoxa da economia, deve-se levar em conta uma maior produtividade na indústria de transformação, dispensando um contingente de trabalhadores em função da tecnologia, que automatizou diversos níveis do processo produtivo.

Em função da incapacidade do mercado de trabalho formal absorver a força de trabalho disponível, os profissionais passam a buscar outras formas de alocação de sua força de trabalho, seja através da economia informal, ou por outros instrumentos legais de exercício profissional como o trabalho autônomo legal, a formação de cooperativas e a abertura de uma pessoa jurídica para produção ou venda de bens, ou prestação de serviços, seja para pessoas físicas ou jurídicas.

Conforme Amaro e Paiva (2002),

"O Estado produtor e as grandes e pesadas estruturas empresariais que vigoraram no Brasil até os anos 80 perdem cada dia mais espaço no mundo globalizado de hoje. A nova realidade tem exigido estruturas produtivas ágeis e dinâmicas, melhor adaptadas às novas tecnologias e ao ambiente de incerteza. A substituição da relação trabalhista pela comercial (terceirização) e a tendência à redução do núcleo “duro” da firma (trabalhadores em tempo integral e com contratos por prazo indefinido) são uma realidade. Com isso, as pequenas firmas crescem graças à terceirização, especialmente no setor de serviços, e também pelo fato de se tornarem mais competitivas em relação às grandes empresas, em vista da maior flexibilidade". (p. 8)

Ainda que o Brasil nunca tenha alcançado o chamado *Welfare State*, ou estado de Bem-Estar Social, para o conjunto de seus trabalhadores, até os anos 1980 o desemprego não se constituía num obstáculo de grande impacto. Nos anos 80, denominada “década perdida” para alguns autores, este quadro começou a mudar e conseguir um novo emprego passou a ser um objetivo a ser atingido com maior dificuldade, dado que além da taxa de crescimento da economia brasileira ter diminuído sensivelmente, mudanças tecnológicas e estruturais diminuíram o dinamismo do mercado de trabalho formal. O medo de perder o emprego sempre esteve no imaginário dos trabalhadores, mas ainda que com algum esforço, a recolocação profissional era um objetivo atingido com relativa rapidez, dado que até este período o país observou taxas de crescimento da economia como poucos casos comparáveis em todo o mundo.

De acordo com Pochmann (2001),

“A partir dos anos 80 assiste-se à reformulação de processos globais de acumulação de capital, coordenada por grandes corporações transnacionais que buscam incessantemente explorar novas oportunidades mais lucrativas de investimento, muitas vezes forjadas por ofertas de governos nacionais de rebaixamento de custos e de financiamento domésticos subsidiados. Essa submissão por parte de vários governos nacionais favorecem o transplante de partes da cadeia produtiva, graças à formação de redes de subcontratação vinculadas às corporações internacionais, que podem ser de três tipos distintos: a subcontratação primária, que ocorre pelo uso de serviços diretos dos compradores finais, como a distribuição de produtos; a subcontratação secundária, que implica alguma montagem de equipamento ou produto, com baixa agregação de valor; a subcontratação terciária, em que há vínculos semipermanentes na obtenção de materiais e uniformização do processo produtivo”. (p. 30)

As mudanças tecnológicas eliminaram algumas funções e introduziram outras tantas. Em função da dificuldade de reciclagem profissional e acesso à educação de boa qualidade para grande parte da população brasileira, um contingente expressivo de trabalhadores tem encontrado dificuldade em manter-se na economia formal.

Conforme Pochmann e Borges (2002),

“Foram múltiplos os métodos de trabalho introduzidos ao longo dos anos 90, como o *downsizing*, reengenharia, gestão participativa, células de produção, trabalho a domicílio, cooperativas de trabalho, terceirização, remuneração variável, definição de parâmetros salariais por metas de produção e vendas, entre outros. Na sua grande maioria, foram implantados sem acompanhamento sindical e sem resistência significativa dos que ficavam empregados”. (p. 30)

O baixo nível de qualificação de grande parcela do contingente de trabalhadores no país e o avanço da tecnologia, que introduziu métodos de produção poupadores de mão-de-obra, resultaram em agravar a situação dos trabalhadores em manter-se no emprego ou conseguir uma nova vaga na economia formal. A face mais visível deste quadro foi o aumento do contingente de ambulantes nos espaços públicos das grandes cidades, como praças, praias e regiões de grande movimentação de pessoas, além da abertura de negócios informais, especialmente os que não exigem somas vultuosas de capital ou recursos tecnológicos muito sofisticados.

No caso do município do Rio de Janeiro, constata-se a proliferação de ambulantes, que oferecem produtos de pequeno valor e fácil comercialização, e também serviços por vezes com maior grau de sofisticação e organização (como barracas com serviços de entrega de produtos nos escritórios). Esta é a face mais evidente de um problema que tem se agravado nos últimos anos: a escassez de oportunidades de trabalho na economia formal e a conseqüente migração dos trabalhadores para atividades alternativas e informais.

O desenvolvimento tecnológico tem exercido forte influência na reestruturação do processo produtivo e nos meios utilizados pelas organizações para exercer suas funções e atender seus clientes. Conforme Costa (2000),

“No panorama atual, com o desenvolvimento da Internet, é preciso analisar as interessantes ferramentas e técnicas que agora estão disponíveis, pois elas estão abrindo oportunidades para as pequenas empresas até no comércio internacional. (...) A Internet é uma ferramenta maravilhosa para pequenas empresas, porque tende a nivelar o tamanho das organizações. Na rede, é muito difícil imaginar o porte e a estabilidade da empresa que está sendo consultada”. (p. 256)

Fundamentado em Lalkaka (1997), Puga (2000) informa que:

“A nova economia global tem se caracterizado por: diminuição das barreiras ao comércio e formação de blocos regionais; maior intensidade no uso da informação e do conhecimento; deslocamento em direção às atividades orientadas para o setor de serviços; e *downsizing* das grandes organizações, assim como fusões e alianças entre as empresas ante essa reestruturação. Esses fatores reduziram as oportunidades de emprego, motivando, cada vez mais, que as pessoas que estão fora do mercado de trabalho criem seu próprio negócio”. (p. 7)

Adicionalmente, para Puga (2000 : 7) “Cabe observar que o processo de terceirização de atividades nas grandes empresas, nos últimos anos, também estimulou o crescimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).”

Neste sentido, para Tachizawa e Faria (2004), está surgindo um novo modelo de gestão de empresas de grande e médio porte, formado por um núcleo central composto de pessoal estratégico e de um grupo complementar, de mão-de-obra não especializada. Este modelo tende a propiciar o surgimento de micro e pequenas empresas, funcionando em regime de subcontratação para prestação de serviços àquelas organizações.

Para estes autores,

“A atual tendência dos mercados de trabalho, particularmente válida para o ambiente em que se inserem as empresas, é reduzir o número de colaboradores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é deslocada ou dispensada sem custos quando a flutuação da demanda assim o exige”. (p. 78)

A diminuição dos postos de trabalho tradicionais e as transformações provocadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), fazem com que os profissionais busquem alternativas para sobrevivência no mercado de trabalho. Por outro lado, a convergência

tecnológica para a base digital oferece outras possibilidades de atuação, abrindo novos mercados e formas de estruturação dos negócios.

Conforme Aubert e Blais (2000),

“A tecnologia da informação (TI no jargão do mercado) já invadiu as organizações. Serve como canal de distribuição para os serviços, garante as atividades cotidianas, permite responder às consultas da clientela 24 horas por dia, facilita a gestão estratégica e até se torna, por si mesma, um novo negócio. As alternativas abertas pela TI parecem não ter limite, principalmente no que diz respeito a oportunidades de negócio, parcerias, terceirização, globalização”. (p. 76)

No caso brasileiro, também a recessão e a instabilidade da economia revelaram-se historicamente em um complicador para o desafio de criação de empregos. Mesmo na última década, em que o país alcançou um período de maior estabilidade econômica e redução significativa dos índices de inflação, os índices de desemprego permaneceram elevados e a informalidade das relações de trabalho continuaram muito significativas.

Na Pesquisa de Economia Informal Urbana (ECINF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2003, foi constatado no país em outubro daquele ano, a existência de 10.335.962 empresas informais com contingente de 13.860.868 pessoas. Para delimitação do âmbito desta pesquisa, para o setor informal foi considerado como ponto de partida as unidades econômicas não-agrícolas, e não o trabalhador individual, produtoras de bens e serviços e cujo principal objetivo é gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas. Foram desconsideradas as unidades exclusivamente produtoras de bens e serviços para autoconsumo.

Conforme a delimitação do universo da pesquisa, “as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção”. Foram pesquisadas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados, mesmo que esses empregadores tivessem outra atividade econômica principal formalizada. Portanto, a pesquisa não cobre por razões operacionais e de custos, organizações de regiões rurais, que a rigor poderiam ser classificadas como informais.

Os resultados apontam que, “Grande parte das empresas do setor informal pertencem a trabalhadores por conta própria (88%) em 2003, sendo apenas 12% de pequenos empregadores. As atividades econômicas preponderantes neste setor eram comércio e reparação (33%), construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%). Das empresas pesquisadas, 95% tinham um único proprietário e 80% apenas uma pessoa ocupada” (pág. 23). Constata-se, portanto uma expressiva capacidade empreendedora da população brasileira, no sentido de buscar uma alternativa de sobrevivência diante de um cenário no qual um emprego com todos os direitos trabalhistas assegurados por lei, é cada vez mais difícil de se conseguir.

Ressalta-se que a economia informal é de difícil mensuração, tanto em função das limitações operacionais decorrentes da dificuldade de acesso ao informante, quanto da ausência ou precariedade dos registros administrativos. Conforme Sachs (2003), as diferentes

definições utilizadas pelos diversos organismos públicos dificultam a comparação entre os bancos de dados e a compreensão do setor informal.

O autor citado pondera que:

“Pelo Ministério do Trabalho (RAIS), ele é constituído pelas empresas não registradas, mas não se sabe quantas são. Pelo IBGE, seguindo o critério da OIT, o setor informal é composto das atividades não-agrícolas que produzem bens e serviços com o objetivo principal de gerar emprego e renda, com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, excluídas as voltadas para o autoconsumo. Os dados fazendários também não ajudam a esclarecer”. (p. 26)

De fato, a pesquisa do IBGE deve ser vista com cautela, visto que segundo os critérios metodológicos adotados, parte das empresas informais que compõem o universo da pesquisa tem registro formal.

Para o IBGE (2005),

“embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu *status* legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes”. (p. 15)

No entanto, embora no presente trabalho considere-se como setor formal as pessoas jurídicas legalmente constituídas, a Pesquisa de Economia Informal Urbana do IBGE é uma importante fonte para referenciar o setor informal, visto que foi constatado pela pesquisa que dentre as empresas do setor informal, 88% não possuíam constituição jurídica. Portanto, a maior parte das empresas investigadas podem ser consideradas informais tanto sob o ponto de vista do registro legal quanto sob o critério de análise pelo modo de organização e funcionamento adotado pelo IBGE.

A informalidade revela-se num grave empecilho ao desenvolvimento, pois além da perda de arrecadação para o Estado, que já tem dificuldade de fiscalizar mesmo o mercado de trabalho formal, para o trabalhador é um problema que se agrava conforme aumenta o tempo desde a última ocupação formal, pois muitas empresas exigem comprovação formal de experiência profissional na seleção de profissionais para ocuparem seus postos de trabalho. Além disso, há um problema para a futura aposentadoria do trabalhador, que não contribuindo regularmente para a previdência oficial, vê-se obrigado a contratar um plano de aposentadoria privado ou contribuir como autônomo para a previdência oficial, o que muitas vezes torna o custo de garantia do direito à aposentadoria mais elevado.

O declínio do ritmo de crescimento econômico observado a partir década de 1980 teve seus efeitos refletidos em toda a economia brasileira. No entanto, para fins de contextualização, cabe aqui registrar os efeitos da crise econômica e no mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, espaço geográfico objeto deste trabalho, bem como no estado do Rio de Janeiro, do qual a referida cidade, anteriormente estado da Guanabara, é capital desde a fusão com o antigo estado do Rio de Janeiro em 1975.

Fundamentado em Natal (2005), embora a economia da cidade do Rio de Janeiro e do antigo estado do Rio de Janeiro tenham começado a perder o dinamismo econômico a partir do final do século XIX, e tendo este processo se acentuado ao longo do século XX, quando o desenvolvimento da industrialização brasileira se concentrou prioritariamente no estado de São Paulo, as economias carioca e fluminense passaram por um período de acentuado esvaziamento econômico na década de 1980, que só veio a se reverter a partir da segunda metade dos anos 90. Nessa época, o estado do Rio de Janeiro passou a registrar um processo de inflexão econômica positiva, influenciado principalmente pelas atividades decorrentes do dinamismo da cadeia produtiva do setor petrolífero, no qual o estado é o maior produtor brasileiro, dos investimentos no setor de telecomunicações e da instalação de grandes empresas como a Peugeot Citroen e Volkswagen em municípios do interior do estado.

Natal (2005) destaca dentre as causas do período de acentuado esvaziamento econômico fluminense:

“(i) a pronunciada decadência e a falta de competitividade da indústria fluminense (no caso deste último aspecto, principalmente quando comparada com a paulista); (ii) a efetiva redução dos gastos do governo federal no estado, como também os impactos derivados dos anúncios da sua redução; (iii) o dramático agravamento da chamada questão social; (iv) os conflitos de natureza federativa, particularmente os estabelecidos entre os governos estadual e federal; e (v) o inegável estiolamento ‘moral’ da população fluminense, em especial da carioca”. (p. 28)

A recuperação econômica do estado é um fator importante, mas ainda que possam ser comemorados todos os benefícios decorrentes desta recuperação, ela não foi suficiente para recuperar os níveis de emprego no estado. Wu (2004 : 223) observa que “A indústria fluminense fechou o primeiro trimestre de 2000 registrando um crescimento de 3,5%, (...); mas cumpre sublinhar que somente no mês de março foram eliminados 2854 postos de trabalho”. O autor constata que, no setor de comércio, as vendas vinham crescendo acompanhadas do aumento de demissões. Esta observação, ainda que referida a um curto espaço de tempo, é o retrato localizado de um processo que vem ocorrendo não somente no Rio de Janeiro, mas em diversas partes do país e do mundo, em que os postos de trabalho tradicionais reduzem a oferta de oportunidades e os trabalhadores são forçados a buscar outras formas de atuação profissional, como por exemplo, atividades na economia informal, associação a cooperativas de trabalhadores ou abertura de pequenos negócios.

Conforme Pochmann (2001),

“A descentralização e a focalização do gasto social são medidas utilizadas, em geral, como forma de ajuste fiscal (contratação de recursos públicos), assim como a desregulamentação do mercado de trabalho serve de caminho para a flexibilização dos contratos, redução do poder sindical, retirada de direitos, corte de salários e substituição de custos empresariais por benefícios públicos na qualificação de mão-de-obra. Tudo isso tem levado à geração de um excedente de mão-de-obra mundial, como parte da manifestação da subutilização da força de trabalho, que redunde na estratégia de sobrevivência, responsável na maioria das vezes, pelo disfarce do próprio desemprego nacional”. (p. 9)

Logo, ainda que as causas relativas à deteriorização das relações trabalhistas estejam ligadas ao baixo dinamismo da economia brasileira como um todo e a transformações

verificadas em todo o mundo, que impactam na redução das oportunidades de emprego formal, como a evolução tecnológica de base digital e a crescente internacionalização das economias, verifica-se que, no caso particular do município do Rio de Janeiro questões específicas de sua trajetória histórica e econômica, resultaram por contribuir para a diminuição de oportunidades de emprego para o conjunto de sua população, bem como da população de outras regiões do estado e do país, que apesar do contingente menor que o observado há algumas décadas anteriores, ainda procuram a cidade em busca de oportunidades de trabalho.

Considerando a realidade do estado como um todo, inclusive o município-Sede, Natal e Cols (2005) ponderam que:

“Numa primeira aproximação, como em outros casos, o aumento do desemprego nesta unidade federativa resultou do descompasso entre o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) e o da geração de novos postos de trabalho. As informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que para o conjunto do ERJ a eliminação de postos de trabalho industriais foi parcial e apenas quantitativamente contrabalançada pelo aumento do mesmo verificado no setor Terciário. E mais: quando houve a re-inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, ela, na maioria das vezes, não ocorreu pela via do assalariamento com carteira assinada.” (p. 94)

A partir dos dados da pesquisa PNAD/IBGE, Natal e Cols. (2005) comparam os quantitativos relativos à população em Idade Ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA), trabalhadores ocupados, empregados formais (incluindo os funcionários públicos não celetistas), empregados com carteira assinada, trabalhadores domésticos, outras ocupações (como os empresários e os trabalhadores não remunerados), e concluem que o incremento da atividade econômica fluminense não se traduziu necessariamente na expansão da oferta dos postos de trabalho e que o nível de desemprego entre 1992 e 2001 mais que dobrou.

O autor citado informa que,

“É importante ter em conta que o aumento do desemprego derivou da incapacidade da economia em absorver o crescimento da PEA (18,3%, entre 1992 e 2001) que, de longe, superou a expansão da ocupação (11,5%). Mas também é importante observar que o desempenho favorável da ocupação foi explicado pelo crescimento das formas menos protegidas de trabalho, tais como o assalariamento sem carteira de trabalho assinada (22,1%), o trabalho doméstico (23,6%) e o trabalho por conta-própria (32,3%). E, na contramão desse movimento, o emprego de melhor qualidade, expresso na modalidade assalariamento com carteira assinada, apenas oscilou 0,7%, entre 1992 e 2001”. (p. 97)

Conforme Guedes (2003), diante da crise observada no mercado de trabalho, o Brasil adotou importantes medidas no sentido de proteção e auxílio ao trabalhador brasileiro, como a criação do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Seguro Desemprego, instituído em 1986 durante o Plano Cruzado, e confirmado pela Constituição de 1988, que se constitui num fundo para garantia de recursos que objetiva o pagamento de um auxílio ao trabalhador desempregado.

Considerando a importância destas medidas, que sem dúvida auxiliam um grande contingente de trabalhadores, cabe ressaltar que conseguir um emprego com carteira assinada, e conseqüentemente com os benefícios decorrentes da formalização das relações de trabalho, é uma tarefa cada vez mais difícil.

Conforme Guedes (2003), com relação ao mercado de trabalho brasileiro,

“De todo modo, ao longo dos anos 80, há crescimento do número de sindicalizados (ao contrário da tendência mundial) e negociações coletivas, onde os sindicatos conseguiram manter o poder de compra dos salários e algum avanço na democratização das relações de trabalho. Nos anos 90, ao contrário, há um refluxo nas reivindicações que passam a ter um caráter meramente defensivo, na medida em que o desemprego aumenta e se torna uma ameaça permanente. Assim, nos anos 90, o segmento formal e organizado reduz seu protagonismo na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro, que passa a crescer sob o manto da informalidade. Aliás, o cenário social dos anos 90 está marcado pela manifestação e presença de atores sociais de natureza diversa, mas que tem relação com a crescente precarização nas relações de trabalho”. (p. 31)

Conforme o DIEESE (2002),

"A insegurança no emprego aumentou. O que antes era um paradigma de relações de trabalho, o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pela legislação trabalhista e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa na década de 90 por uma implacável demolição. Os vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Crescem o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que operam em condições precárias, o emprego doméstico, a ocupação de crianças e idosos. O núcleo protegido dos empregos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis".

Diante deste cenário, os trabalhadores buscam alternativas para manter-se no mercado de trabalho, e ao enfrentarem as dificuldades para conseguir uma ocupação formal, partem para abertura do próprio negócio ou atividades de consultoria. No caso dos trabalhadores com maior dificuldade de re-inserção na economia formal, as alternativas são ocupações informais ou sub-empregos.

## **2.2. O setor de serviços e suas características**

Diante da crise no mercado de trabalho, o setor de serviços costuma ser um “escondouro natural” para a recolocação de profissionais na economia formal, visto que diante da dificuldade em encontrar outra ocupação nas empresas existentes, muitas vezes a única alternativa aparente é montar o próprio negócio: o setor de serviços é então sempre procurado em função de, grosso modo, exigir pouco investimento financeiro e não demandar recursos tecnológicos muito sofisticados.

Conforme Chiavenato (2004),

“Serviços são atividades, benefícios ou satisfações que são oferecidas para venda ou em conexão com venda de determinados bens. É a área de negócios que tem apresentado maior crescimento. Os negócios envolvendo

serviços não requerem grande investimento em equipamentos e estoques, como na manufatura, no atacado e no varejo. Também pode ser desenvolvido em casa, na garagem ou em uma sala que sirva de local para o negócio. Provavelmente, a categoria de serviços é a que mais se beneficia com o chamado escritório virtual, ou seja, o escritório não físico, que se conecta a qualquer ponto do mundo por computador, fax e telefone”. (p. 58)

Com a Revolução Industrial, o setor manufatureiro assumiu um papel de destaque e configurou-se como o motor do desenvolvimento das principais economias nacionais em todo o mundo. Atualmente este quadro se alterou profundamente e os serviços representam uma fonte extraordinária de geração de riquezas e oferta de postos de trabalho.

Segundo Johnston e Clark (2002),

“Em nível macro, as organizações de serviços são parte vital e significativa da maioria das economias desenvolvidas ou em desenvolvimento. Na maioria dos países desenvolvidos, os serviços representam mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB), e, nas economias em desenvolvimento, cerca de 50%”. (p. 43)

Segundo Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000 : 25), “Quanto mais uma economia se desenvolve, mais importante se torna a área de serviços, que logo passa a empregar a maioria da população nas suas atividades”. De acordo com estes autores, o ano de 1956 foi um ponto de inversão, quando pela primeira vez na história industrial o número de trabalhadores lotados em atividades administrativas superou o de trabalhadores em atividades da área de produção, tendo esta diferença aumentado desde então. Este crescimento resultou em uma economia menos cíclica, visto que em recessões sofridas pelos Estados Unidos após esta inversão, enquanto os empregos do setor de manufatura diminuíram, os de serviços aumentaram, sugerindo que os consumidores estão dispostos a adiar a compra de produtos, mas não dispensam serviços essenciais como educação, telefone, bancos e serviços públicos.

A importância do setor de serviços na economia é uma realidade que vem se consolidando há vários anos no Brasil. Gianesi e Corrêa (1994) apontam alguns fatores que propiciam o aumento da demanda por serviços:

- “- desejo de melhor qualidade de vida;
- mais tempo de lazer;
- a urbanização, tornando necessários alguns serviços (como segurança, por exemplo);
- mudanças demográficas que aumentam a quantidade de crianças e/ou idosos, os quais consomem maior quantidade de serviços;
- mudanças socioeconômicas como o aumento da participação da mulher no trabalho remunerado e pressões sobre o tempo pessoal;
- aumento da sofisticação dos consumidores, levando a necessidades mais amplas de serviços;
- mudanças tecnológicas (como o avanço dos computadores e das telecomunicações) que têm aumentado a qualidade dos serviços, ou ainda criando serviços completamente novos”. (p. 17)

A prestação de serviços possui características peculiares que diferem da lógica observada na produção industrial, e que, portanto, faz com que os profissionais autônomos ou empresas de prestação de serviços adotem práticas específicas para captação do cliente e

atendimento de suas expectativas. A prestação de serviços não segue a lógica fordiana de produção observada na indústria, visto que os serviços não podem ser estocados e em muitos casos são produzidos e consumidos mutuamente. Por estas características, a demanda por serviços tende a ser mais estável do que a por produtos manufaturados e o setor tem uma natureza mais resistente às recessões econômicas.

Johnston e Clark (2002 : 30), definem serviço “como a combinação dos resultados e experiências proporcionadas ao cliente e recebidos por ele. Assim, os clientes julgam a qualidade do serviço tanto pela experiência quanto pelo resultado”. Enquanto os bens industriais são geralmente avaliados entre outros aspectos, pela durabilidade, resistência, facilidade de manuseio ou versatilidade, nos serviços a avaliação se dá pela combinação de fatores objetivos, como qualidade dos insumos utilizados ou tempo necessário para o resultado final, e fatores subjetivos tais como a satisfação de uma necessidade psicológica pela experiência vivida no atendimento de sua demanda, a imagem que passa a desfrutar em seu meio social por ter frequentado determinado lugar ou pela sensação de conforto ao deixar de executar tarefas delegadas ao prestador de serviços contratado.

Ao contratar um curso em uma escola conceituada, além da satisfação da necessidade de aprendizado e de aquisição de novos conhecimentos, o estudante satisfaz também a necessidade de *status* com o reconhecimento alcançado em seu meio profissional, por fazer parte do corpo discente daquela instituição. Por exemplo, algumas universidades ao anunciar a oferta de seus cursos de pós-graduação, enfatizam a tradição de sua trajetória acadêmica e o reconhecimento que será conferido pelo mercado de trabalho ao estudante que ingressar naquela instituição; enquanto outras, além de contratar professores qualificados e reconhecidos no meio acadêmico, investem na oferta de instalações confortáveis e oferta de todo o material didático utilizado, poupando o aluno do trabalho de percorrer livrarias ou bibliotecas na procura das obras obrigatórias para acompanhamento das aulas.

Ao frequentar um restaurante com vista para o mar ou com música ao vivo, o consumidor busca uma combinação de satisfação da necessidade fisiológica de alimentação (tangível) com a sensação de bem-estar proporcionada pela permanência em um ambiente agradável e pela qualidade do atendimento (intangível). Nestes casos, em geral, por melhor que sejam as iguarias servidas, uma grosseria de algum funcionário ou a sensação de mal-estar em função da música ambiente barulhenta ou decoração em desacordo com o perfil do consumidor, pode afastá-lo definitivamente daquele estabelecimento.

De acordo com Las Casas (1999), os serviços são *intangíveis*, dado que são abstratos e requerem tratamento especial para as atividades de marketing. Os serviços de um advogado ou contador, por exemplo, não podem ser anunciados da mesma maneira que o de uma cadeia de lanchonetes; são *inseparáveis* e *simultâneos*, visto que não podem ser estocados e geralmente são prestados quando o ofertante e o cliente estão frente a frente, o que demanda capacidade de prestação de serviços antecipada; e *heterogêneos*, em função da impossibilidade de manutenção da qualidade constante, em função dos serviços serem produzidos por seres humanos que possuem natureza instável, e na mesma equipe pode haver diferenças significativas quanto à capacidade de atendimento.

Conforme citado por Giansi e Corrêa (1994), Lovelock realizou um estudo sobre a tangibilidade e intangibilidade dos serviços, verificando diversos níveis de combinação destas duas possibilidades, concluindo que quanto mais intangível for o item oferecido, maior a

recomendação de afastamento do marketing tradicional de massa para a divulgação do serviço.

Neste sentido, os serviços com maior grau de padronização, em que várias empresas oferecem serviços similares, como grandes cadeias de lanchonetes, são frequentemente anunciados por veículos de comunicação de massa. Nos serviços com maior predominância de aspectos intangíveis, como consultoria e ensino, os comentários dos que recebem a prestação do serviço são de grande importância para inspirar a confiança e disposição de novos consumidores em contratar estes profissionais.

Analisando a perspectiva do cliente, para Johnston e Clark (2002),

“A principal razão para os clientes pagarem ou utilizarem os serviços de uma organização é receber um produto-serviço (às vezes, denominado de pacote de serviços) – por exemplo:

- seguro de carros;
- serviço de consultores;
- refeição de restaurante;
- manutenção de computador;
- assistência médica pública”. (p. 29)

Conforme Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000), o “pacote de serviços” é a combinação de mercadorias e serviços fornecidos em um ambiente, e possui as seguintes características:

- *instalações de apoio*, que são os recursos físicos para a prestação do serviço (ex.: instalações de um hospital ou aviões);
- *bens facilitadores*, que são os materiais adquiridos pelo comprador ou itens solicitados pelo cliente (ex.: substituição de autopeças e suprimentos médicos);
- *serviços explícitos*, benefícios facilmente percebidos pelo cliente ou características intrínsecas do serviço (ex.: ausência de dor na restauração de um dente e tempo de resposta dos bombeiros a um chamado);
- *serviços implícitos*, que são os benefícios percebidos pelo cliente de forma superficial ou características extrínsecas ao serviço (ser atendido por um profissional formado em uma universidade de prestígio nacional ou a privacidade de um escritório de empréstimos).

Cabe ressaltar que apesar de sua evidente importância para a atual economia mundial, durante muito tempo o setor de serviços teve um papel secundário no desenvolvimento das nações e costumava ser visto como um setor menos estruturado e que empregava profissionais com menor grau de qualificação. De fato, esta é uma realidade ainda bastante presente em vários países do mundo, inclusive no Brasil. No entanto, o desenvolvimento científico e tecnológico, a evolução de diversas economias para o estágio pós-industrial e a crescente integração econômica e cultural observadas com o fenômeno da globalização, começam a alterar esta realidade. O setor de serviços passa então a ser visto como um setor vital para o estabelecimento de uma economia desenvolvida, tendo maior destaque enquanto oportunidade para geração de empregos e desenvolvimento econômico.

Conforme Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000),

"Em uma sociedade industrializada, empresas especializadas podem prestar serviços a empresas de manufatura de forma mais barata e eficiente do que as próprias empresas de manufatura poderiam prestar a si próprias. Assim, é

cada vez mais comum que atividades como publicidade, consultoria, busca de financiamento e testes de produto sejam realizadas, para o setor de manufatura, por empresas de serviços. (...) O setor de serviços não só facilita como torna possíveis as atividades de produção de bens, tanto do setor extrativista como manufatureiro. Os serviços são a força vital para a atual mudança rumo à economia globalizada". (p. 28)

Conforme Tachizawa e Faria (2004), um exemplo dessa prática é a parceria entre a Gráfica Eulina, e a multinacional Rhodia. A gráfica administra o estoque de impressos da contratante, possuindo maior controle da própria produção sobre o que e quando produzir e com manutenção preventiva/corretiva sem prejudicar o cliente. Por outro lado, a Rhodia concentra-se nas atividades que são essência de seu negócio.

Conforme Fitzsimmons e Fitzsimmons (2000), ainda hoje, grande parte da humanidade encontra-se no estágio *pré-industrial*, realizando atividades de subsistência. A economia baseia-se em atividades extrativistas, com baixa produtividade, pouco uso da tecnologia e a prestação de serviços concentrada em atividades pessoais ou domésticas. Na *sociedade industrial*, o trabalhador presta assistência às máquinas, as organizações são hierárquicas e burocratizadas, ocorre intensa racionalização do trabalho visando fazer mais por menos, havendo um profundo conhecimento do valor do tempo e o padrão de vida é medido pela quantidade de bens materiais. Na sociedade *pós-industrial*, há intensa preocupação com a qualidade de vida e o principal recurso de produção é a informação, em substituição aos bens e insumos, havendo consciência de que ações independentes podem resultar em danos coletivos, como por exemplo, a poluição ambiental. Conforme sugerido pelo sociólogo Daniel Bell, a passagem de uma sociedade industrial para a pós-industrial se dá pelo desenvolvimento natural dos serviços; incremento populacional e consumo em massa de mercadorias e demanda por serviços bancários, imobiliários e de seguros; e havendo aumento da renda com decréscimo de gastos com alimentos e habitação, aumenta a demanda por bens duráveis e em seguida, por serviços. Na sociedade pós-industrial, a unidade de vida social é a comunidade, o padrão de vida é medido pela qualidade de vida em termos de educação, saúde e lazer, o principal insumo tecnológico é a informação, o uso do trabalho humano se dá pela criação artística e intelectual e a atividade predominante é a de serviços.

Atualmente os serviços são uma importante fonte de renda e de geração de empregos, não somente em atividades típicas do setor, mas também nas atividades de serviços complementares do segmento industrial, em que muitas empresas utilizam os departamentos inicialmente montados para prestar serviços internos de modo a atender outras organizações e assim, aumentar a receita da organização.

Nas grandes cidades, especialmente nos países desenvolvidos, o modelo tradicional de família, em que o homem trabalha e esposa fica em casa para cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, alterou-se com a entrada da mulher no mercado de trabalho e conseqüentemente, aumentou a demanda por serviços diversos, que em função da escassez de tempo e do acúmulo de responsabilidades, passaram a ser desempenhados por terceiros. Também o aumento do número de pessoas solteiras morando sozinhas e o aumento da expectativa de vida da população, resultou no aumento da oferta de serviços domésticos e de entretenimento para um segmento da sociedade, que seja por falta de tempo ou por preferir utilizá-lo com outras atividades, delega a realização de várias atividades como, por exemplo, lavanderia, alimentação e passeio dos animais de estimação, entre outras, para prestadores de serviços. Neste caso, o aumento da demanda por estes serviços revela-se numa oportunidade de negócios, tanto para grupos empresariais bem estruturados e com grande contingente de

trabalhadores, quanto para pessoas físicas que atuam na prestação de pequenos serviços para aumentar a renda familiar, ou mesmo como alternativa de sobrevivência no mercado de trabalho.

Com a correria imposta pela vida contemporânea, o tempo passou a ser um "bem" cada vez mais escasso, e muitas pessoas estão dispostas a pagar pela execução de tarefas que elas próprias poderiam realizar, simplesmente para ter mais tempo para realizar outras atividades que consideram mais importantes, ou até mesmo para, em algum momento, interromper a sua rotina e se dar ao luxo de não fazer nada por algum período de tempo.

No caso do município do Rio de Janeiro, nos anos 90 foi observado um aumento visível de ambulantes e camelôs nas ruas da cidade, que protagonizaram conflitos com o poder público em função da ocupação irregular de calçadas e demais logradouros públicos. Também a proliferação de pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços não regulamentados por toda a cidade, em especial nos bairros periféricos, como pequenos bares, salões de cabeleireiros e barracas para venda de alimentos em garagens de residências ou praças, se constituem em um indicador, de que em virtude da precarização das relações de trabalho formais, parte da população economicamente ativa adota como alternativa de trabalho a abertura de pequenos negócios, formais ou não, em busca do sustento de suas necessidades.

No Brasil, o senso comum aponta para um desejo comum a muitos cidadãos: montar um negócio e ser o próprio patrão.

“A decisão de ser o próprio patrão não ocorre por acaso nem por um passe de mágica. É fruto de uma cadeia de acontecimentos que mexem com aspectos pessoais e profissionais de um indivíduo. Para a consultora de empresas Dulce Magalhães, abrir uma empresa está no inconsciente coletivo das pessoas. Assim, muitos são levados a empreender não por um desejo próprio, mas porque são impulsionados para isso”. (EMPREENDEDOR : 2005)

A abertura de uma empresa envolve trâmites legais, sem os quais o empresário não pode exercer suas atividades na economia formal, o que pode acarretar alguns prejuízos, como a impossibilidade de prestação de serviços ou venda de produtos para clientes que exijam a apresentação de nota fiscal. Portanto, além do esforço necessário para atender os requisitos legais para a constituição de uma pessoa jurídica, bem como do custo financeiro, esforço intelectual e tempo necessário para desenvolvimento do projeto, faz-se necessário um planejamento adequado, de modo a reduzir a possibilidade de insucesso e, conseqüentemente, o desperdício de esforço e dinheiro.

Neste sentido, os consultores de negócios costumam aconselhar a realização de pesquisa de mercado para estudar a viabilidade de execução da idéia concebida para o negócio e a contratação de profissionais especializados em questões específicas que comumente não são de pleno conhecimento dos profissionais que iniciam novos negócios, como a contratação de contadores e advogados para questões legais e de natureza transitória como as relativas aos registros civis; e dependendo do setor de atuação, consultores sobre assuntos específicos do negócio, como por exemplo, a contratação de um arquiteto especializado em planejamento de interiores para organização do espaço físico do negócio, quando se trata de atividade com grande fluxo de pessoas no local de prestação do serviço.

Além da consulta a profissionais especializados, o treinamento adequado para a implementação do negócio é uma boa alternativa para aprender a lidar com a burocracia e ferramentas específicas de trabalho, como treinamento em informática. As questões relativas ao gerenciamento de um negócio, como compras, atendimento ao cliente, fornecedores, custos, etc devem ser de conhecimento do empreendedor e caso não tenha experiência no assunto, deve submeter-se a um treinamento sobre estas questões, visto que por melhor que seja o produto ou serviço, a inexperiência no gerenciamento da empresa pode ser a causa do insucesso da iniciativa.

Para Tachizawa e Faria (2004),

“Pouquíssimas pessoas se dispõem a participar de um treinamento de 15 horas sobre, por exemplo, como iniciar o próprio negócio. Ora, idéias são inúteis, a menos que alguém esteja disposto a pagar por elas. Por isso, um empreendimento, seja ele qual for, só deve ser criado e/ou desenvolvido para atender a uma necessidade”. (p. 28)

Ao mesmo tempo em que o Brasil é considerado um dos países mais empreendedores do mundo, a mortalidade de empresas no país é bastante significativa, como mostra a pesquisa intitulada “Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil”, realizada em 2004 em 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal pelo SEBRAE em parceria com a Fundação Universidade de Brasília-FUBRA, que executou o trabalho de campo. Foi constatado um alto índice de mortalidade de novas empresas no Brasil:

- 49,4% para as empresas com até 2 anos de existência (constituídas em 2002);
- 56,4% para as empresas com até 3 anos de existência (constituídas em 2001);
- 59,9% para as empresas com até 4 anos de existência (constituídas em 2000).

A pesquisa teve como foco as empresas constituídas em 2000, 2001 e 2002, ou seja, há até quatro anos antes de sua realização, e investigou tanto empresas em atividade quanto extintas, utilizando como critério de classificação do porte das empresas o tradicionalmente adotado pelo SEBRAE para pessoal ocupado.

Para a investigação das causas do fechamento das empresas foram utilizadas respostas estimuladas, com apresentação de uma lista de fatores de insucesso para a resposta dos entrevistados, e respostas espontâneas. As respostas estimuladas foram classificadas em quatro categorias, a saber: “Falhas Gerenciais”, “Causas Econômicas Conjunturais”, “Logística Operacional” e “Políticas Públicas e arcabouço legal”, sendo admitida a múltipla resposta.

Dentre as respostas estimuladas, as principais causas apontadas para o fechamento das empresas foram:

- Falta de capital de giro (42%);
- Falta de clientes (25%);
- Problemas financeiros (21%);
- Maus pagadores (16%) e
- Falta de crédito bancário (14%).

Curiosamente, a resposta espontânea mais apontada pelos empresários foi a única que diferiu substancialmente na comparação com as respostas estimuladas: a carga tributária

elevada foi citada nas respostas espontâneas com percentual de 29.1% e de apenas 1% entre as respostas estimuladas. De acordo com o relatório da pesquisa, as causas mais apontadas como razão para a alta mortalidade das empresas estão relacionadas em primeiro lugar a falhas gerenciais na condução dos negócios, seguidas de causas econômicas e tributárias.

Do total de novos negócios que não lograram êxito, 96% são referentes a microempresas. Ressalta-se que o custo socioeconômico da mortalidade destas empresas também é muito elevado. Considerando o total de empresas encerradas que foram criadas nos três anos considerados pela pesquisa, foi estimado o encerramento de 772.679 empresas, resultando na perda de 2,4 milhões de ocupações e R\$ 19,8 bilhões. Deste total, 62% dos respondentes informaram ter recuperado até 30% do capital investido.

Abrir uma empresa, além de envolver motivações pessoais que objetivam lucro, auto-realização ou exercício de uma profissão, entre outros, significa também o exercício de uma função social, enquanto agrupamento de pessoas em prol da produção de um bem, venda de mercadorias ou prestação de serviço, bem como, de estabelecimento de uma unidade organizacional que atua como elemento dinamizador da atividade econômica.

Para Chiavenato (2004), os objetivos das empresas podem ser desdobrados em diretos (produção, venda ou prestação de serviços) ou indiretos (atendimento das necessidades da comunidade em que está localizada). Conforme o autor,

“Ao produzir ou vender mercadorias ou prestar serviços, a empresa supre necessidades da comunidade. Ainda indiretamente, a empresa tem várias finalidades sociais: criação de oportunidades de emprego, disseminação da atividade econômica, distribuição dos ganhos (via pagamento de salários), pagamento de fornecedor de serviços, pagamento de impostos, preservação do meio ambiente, responsabilidade social e ajuda comunitária, qualidade de vida das pessoas, etc”. (p. 40)

Para a classificação de uma pessoa jurídica como micro ou pequena empresa, no Brasil são utilizados tanto critérios relativos a faturamento anual quanto ao número de empregados. Conforme a Confederação Nacional do Comércio (2000),

“As estatísticas acerca da estrutura do setor micro e pequenas empresas no Brasil há muito tempo vêm sendo feitas com base na classificação pelo número de empregados. Embora também façam referência ao faturamento bruto anual, é importante notar que prevalecem para o IBGE e o Sebrae a classificação pelo número de empregados”. (p. 17)

Quanto ao critério de pessoal ocupado, a classificação utilizada pelo SEBRAE (2005) é a seguinte:

- Microempresa: Na indústria até 19 pessoas ocupadas; no comércio e serviços até 9 pessoas ocupadas;
- Pequena Empresa: Na indústria de 20 a 99 pessoas ocupadas; no comércio e serviços de 10 a 49 pessoas ocupadas;
- Média Empresa: Na indústria de 100 a 499 pessoas ocupadas; no comércio e serviços de 50 a 99 pessoas ocupadas;
- Grande Empresa: Na indústria acima de 500 pessoas ocupadas; no comércio e serviços acima de 100 pessoas ocupadas. (p. 10)

Quanto ao critério de faturamento e tributação, o Sebrae, através de sua agência de notícias, informa que após negociação do texto do projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas a ser votado no Congresso Nacional,

“A proposta racionaliza, reduz tributos e amplia a adesão ao Simples para prestadoras de serviço como escritórios de contabilidade, empresas de informática e de construção civil. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas ainda fixa teto da receita bruta anual das empresas para inclusão no Sistema de R\$ 240 mil para microempresas e de R\$ 2,4 milhões para as pequenas empresas. No caso das pequenas, os R\$ 2,4 milhões valem para União e estados com participação no Produto Interno Bruto superior a 5%. Estados onde a participação no PIB é de 1% a 5% poderão optar por teto de R\$ 1,8 milhão. E os com participação no PIB de até 1% poderão adotar o teto de R\$ 1,2 milhão”. (2006)

Neste trabalho optou-se pelo estudo quanto ao número de empregados, visto que o desemprego é um problema que desde as duas últimas décadas, tem se tornado de difícil equacionamento no país e pela convicção de que é necessária uma orientação por parte dos governos e sociedade no sentido de vislumbrar possibilidades de inserção do trabalhador no mercado de trabalho formal.

De acordo com as estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE, do total de 4,7 milhões de empresas ativas no país, as empresas com empregados representavam apenas 1,5 milhão de unidades. O restante das organizações, funcionavam apenas com proprietários ou sócios. Este grupo de empresas, apesar de representar uma parcela menor do total de assalariados e conseqüentemente da massa salarial brasileira, revela que a abertura de pessoas jurídicas tem sido um importante instrumento de atuação profissional no país. Além disso, as microempresas contribuem para o dinamismo das economias regionais, constituindo-se muitas vezes numa rede que escoia produtos e serviços de grandes organizações, para regiões ou segmentos de mercado não atrativos para grandes empresas.

A importância das micro e pequenas empresas para o Brasil é uma constatação consensual já há alguns anos. Para a Confederação Nacional do Comércio (2003),

“o fato de as micro e pequenas empresas crescerem de importância na economia brasileira tem maior nitidez a partir do início dos anos 80 com a recessão instalada, devido aos choques do petróleo. Na década de 90, estas empresas ganharam mais espaço quando as médias e grandes passaram a se reestruturar de forma mais radical, por causa do seqüestro financeiro do Plano Collor I e do agravamento da recessão provocada pela queda da demanda com esta medida. Nos anos 2000, o baixo nível de crescimento do PIB, juntamente com o desemprego industrial, podem ser apontados como os motivos principais do aumento dos negócios de menor porte”. (p. 8)

Em 1990, ao elaborar o prefácio de uma publicação sobre o gerenciamento de pequenas empresas, Trevisan observou que naquele momento, pensar na organização e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, era vislumbrar resposta à crise pela qual passava o país.

Conforme o relatório da pesquisa “As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil”, realizada pelo IBGE (2001):

“Uma importante contribuição das micro e pequenas empresas no crescimento e desenvolvimento do País é a de servirem de “colchão” amortecedor do desemprego. Constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio, e em uma alternativa de emprego formal ou informal, para uma grande parcela da força de trabalho excedente, em geral com pouca qualificação, que não encontra emprego nas empresas de maior porte”. (p. 17)

Nos anos 1990 e na década atual, foram observados pelo país avanços no desenvolvimento tecnológico, dinamismo da agricultura na qual o país tem se revelado como uma das grandes potências mundiais e o controle da inflação, que apesar de não esgotar os requisitos para que uma economia seja dinâmica e próspera, era um objetivo perseguido há décadas pelo governo, bem como uma expectativa do conjunto da sociedade brasileira.

No entanto, estes avanços não foram suficientes para livrar o país da crise no mercado de trabalho, que inclusive tem se agravado nos últimos anos, bem como para sedimentar o crescimento econômico em níveis capazes de oferecer ao país um desenvolvimento sustentado e com oferta de empregos no mesmo compasso que a demanda da população.

Trevisan *in* Chér (1990), observou que as pequenas e médias empresas tornam-se mais relevantes do que nunca, visto que o setor público, com finanças deterioradas e envolto em uma série de complexidades e rede de pressões, deixa de ser o agente dinâmico da economia.

As modificações impostas pela Constituição de 1988 na legislação que rege o setor público incluindo sua legislação trabalhista, impedem a contratação direta de servidores, que atualmente só podem ser admitidos por concurso público. Em algumas situações o Estado pode e tem recorrido ao instrumento da terceirização de serviços, apesar das regras também serem rígidas nesse aspecto. Não se furtando a reconhecer o benefício destas medidas para a moralização da contratação de pessoal e melhoria da gestão das organizações públicas, cabe também considerar a redução da participação do Estado no mercado de trabalho, fato motivado também pela adoção de uma política de redução do Estado e aumento da participação da iniciativa privada, verificado já há mais de uma década.

Com relação às Pequenas e Médias Empresas (PME's), Chér (1990), observou que

“As PME's possuem algumas características próprias e exclusivas. A significativa contribuição na geração do produto nacional, na absorção de mão-de-obra, na flexibilidade locacional (espalham-se invariavelmente por todo o território nacional, desempenhando importante papel na interiorização do desenvolvimento), no caráter majoritariamente nacional (nas PME's há a predominância absoluta do capital privado nacional), são algumas destas características”. (p. 19)

Analisando o cenário brasileiro desde então, observa-se que permanece inalterada a importância das pequenas organizações no que se refere à oferta de postos de trabalho e a dinâmicas das economias regionais. Quanto à oferta de produtos e serviços, as microempresas têm maior facilidade para atuar em mercados, em que mesmo quando as grandes empresas possuem condições técnicas de operar, a relação custo/benefício para as grandes organizações não é vantajosa ou é até mesmo antieconômica.

Chér (1990), ressalta que

“As empresas menores concentram-se mais proximamente de seus mercados, reagindo rapidamente às mudanças que nele ocorrem. Vale dizer que em virtude de sua proximidade com o mercado em que opera, o pequeno empresário é capaz de perceber, muito cedo, os sinais de mudança. Isto lhe permite agir com rapidez, o que, obviamente, não é tão fácil quando se trata de empresas de grande porte”. (p. 19)

Neste sentido, no setor de serviços, um elemento de sustentação chave do sucesso é agir como uma organização pequena, seja qual for seu porte: “Agir como uma empresa de pequeno porte com os clientes significa agir rápido, de forma fluente e responsiva, flexível e pessoal. Significa conhecer o cliente e personalizar o serviço”. (BERRY, 2001 : 196)

O grande número de demissões ocorrido nos últimos anos no Brasil, bem como os profissionais que tentam ingressar no mercado de trabalho anualmente, formam um contingente de trabalhadores que, não encontrando oportunidades em empresas constituídas, têm recorrido à abertura de pessoas jurídicas no intuito de poder atuar na economia formal:

“Desta forma, pode afirmar-se que o crescimento da importância das micro e pequenas empresas no Brasil, e, também, no mundo, está intimamente ligado a uma série de fatores, como o desemprego estrutural no setor formal, devido à reestruturação produtiva, à necessidade de abertura de novos negócios, aos trabalhos por conta própria e à criatividade do ambiente familiar, este, muitas vezes relacionado com as atividades do setor informal, as chamadas empresas de fundo de quintal”. (CNC, 2003 : 8)

Independente da dificuldade de encontrar uma ocupação formal ou da expansão da economia não possibilitar oportunidades em número suficiente para o contingente de profissionais dispostos a trabalhar, além das atividades rotineiras, as empresas e os órgãos públicos eventualmente possuem demandas temporárias, para as quais não é conveniente ou economicamente viável a contratação de um profissional por tempo indeterminado. Para estas situações, a abertura de pessoas jurídicas é uma importante alternativa para que profissionais liberais, autônomos e prestadores de serviço em geral, obtenham contratos para a prestação de serviços ou venda de produtos, para os quais apresentação de nota fiscal, é fundamental para que o contratante efetue a prestação de contas de suas atividades para a direção das organizações, bem como para os órgãos de fiscalização.

Em todo o mundo, grande parte dos negócios realizados são resultado do investimento de grandes organizações previamente constituídas, fusões, aquisições e estabelecimento de parcerias de duas ou mais organizações. No entanto, da atuação de profissionais que abrem uma microempresa para viabilizar uma idéia concebida, um novo produto, ou mesmo para sobreviver no mercado de trabalho, surgem empresas dinâmicas, que se transformam em grandes organizações com acentuada influência econômica.

Um caso ilustrativo de uma trajetória de êxito, a cadeia de lojas de perfume Água de Cheiro começou com uma pequena loja montada pela empresária Beth Pimenta e sua sócia, no bairro da Savassi, área elegante da capital mineira. Beth identificou uma oportunidade para empreender quando percebeu que na região não havia loja com perfumes do tipo “água de cheiro”. Contratou um fornecedor de colônias no Rio de Janeiro e montou uma pequena loja, com decoração e padrão arquitetônico diferenciado das demais lojas de perfumes da região,

inaugurando a loja em 20 de novembro de 1976. Obteve sucesso no empreendimento, abriu outras lojas próprias, e sempre procurando se aperfeiçoar e aberta a novas idéias e projetos, criou a partir de uma pequena loja uma das maiores redes de lojas de perfumes do país. DOLABELA (2000) Conforme informação disponível no sítio da empresa na Internet, atualmente os produtos são distribuídas para mais de 600 lojas franqueadas em todo o Brasil.

Da mesma forma, outro exemplo de transformação de uma microempresa em grande empreendimento é o empresário Helder Couto Mendonça. Com o confisco do Plano Collor em 1990, a situação dos negócios que tinha com sua mãe e que exigiam muito capital, uma imobiliária e uma agência de automóveis, ficou difícil. Decidindo então procurar um negócio mais fácil de ser adquirido pelo cliente, venderam a imobiliária e abriram uma pequena fábrica de pão-de-queijo, a Forno de Minas, feito a partir de uma receita de família e que havia comercializado em uma lanchonete que teve durante seis meses em Belo Horizonte. Com o aumento da demanda após ter feito um contrato com o supermercado Carrefour, percebeu que o negócio tinha potencial. Vendeu então a agência de automóveis para os sócios, e com o dinheiro alugou um galpão onde foi montada a primeira fábrica da empresa. DOLABELA (2000) Conforme informação disponível no sítio da empresa na Internet, atualmente a empresa possui distribuição nacional de seus produtos e foi adquirida em 1999 pela Pillsbury do Brasil e posteriormente, em 2001, pela General Mills.

O Brasil tem outros exemplos de grandes empresas que começaram a partir de pequenos negócios, e que em função da determinação e da capacidade gerencial e de seus idealizadores e sócios, transformaram-se em grandes organizações, contribuindo para o dinamismo econômico do país. No entanto, para que um país se desenvolva, é importante que além dos grandes investidores ou microempresários capazes de formar grandes empreendimentos, ter uma rede de pequenos negócios funcionando regularmente com sucesso, contribui para o equilíbrio social e para dinamizar a economia de regiões menos desenvolvidas e que por intermédio do estabelecimento de pequenos negócios, torna-se possível que profissionais com pouca capacidade de investimento atuem profissionalmente, considerando-se a atual retração da oferta de vagas pelas organizações já estabelecidas.

Desta forma, cabe ressaltar que apesar da importância dos grandes empreendedores para a economia e a identidade de um país, ter um contingente de pequenos empreendedores atuando com sucesso, é fundamental para o dinamismo das economias locais. As grandes organizações nem sempre tem a agilidade necessária para atender nichos específicos de mercado, e em alguns casos, pequenas demandas são inclusive anti-econômicas para as grandes empresas, havendo portanto um espaço privilegiado de atuação para os pequenos empreendedores.

Além disso, embora as grandes corporações sejam responsáveis pelo maior volume de recursos que circulam na economia e inclusive, dado seu poder econômico e estrutura organizacional, exerçam grande influência na economia e sociedade, as micro e pequenas empresas são responsáveis por um grande contingente de postos de trabalho. Considerando que a geração de empregos é um dos grandes desafios em todo o mundo, as micro e pequenas organizações revestem-se de especial importância no sentido de manter o equilíbrio social, a geração de renda e distribuição de recursos para toda a sociedade.

A estrutura enxuta e a ausência de estruturas hierárquicas muito detalhadas conferem às pequenas empresas grande agilidade no exercício de suas atividades, inclusive influenciando as grandes corporações, que nos últimos anos buscaram o enxugamento de suas

estruturas, visando reduzir o excesso de níveis hierárquicos e os problemas de comunicação decorrentes de uma estrutura muito complexa.

Conforme Chiavenato (2004),

“As grandes corporações e conglomerados desdobraram-se e subdividiram-se em pequenos negócios para que pudessem sobreviver em um mundo de mudança e competitividade, bem como para se esquivar das amarras burocráticas do gigantismo empresarial. A pequena e a média empresa conseguem, com maior facilidade, satisfazer à necessidade de especialização com a busca da fragmentação de atividades capazes de integrar adequadamente tecnologia, qualidade e competitividade”. (p. 39)

Além disso, os pequenos negócios constituem-se numa oportunidade para que profissionais recém formados ou que desenvolvam produtos inovadores, atuem em mercados saturados ou em que as organizações existentes não estejam abertas a produtos ou serviços novos, sem comprovada aceitação pelo mercado consumidor.

Para Costa (2000),

“As pequenas empresas locais são as que estão mais perto dos pequenos grupos de consumidores (seus empregados vão ao mesmo bar, freqüentam a mesma igreja ou padaria); conhecem suas preferências, costumes, comportamento, cultura, etc. Portanto, melhor do que ninguém, são capazes de estabelecer uma conexão direta de venda com eles”. (p. 260)

### **2.3. Empreendedorismo: Criação de empresas e sobrevivência no mercado de trabalho**

O interesse por compreender o que é o empreendedorismo, como se comportam os empreendedores e o impacto que causam na economia tem crescido em todo o mundo. No entanto, conforme Hisrich e Peters (2004), ainda não há uma definição concisa e internacionalmente aceita sobre o assunto.

Conforme Dornelas (2001), nos Estados Unidos o termo empreendedorismo é conhecido e referenciado há muitos anos, visto que é neste país que o capitalismo tem sua caracterização mais intensa, enquanto que no Brasil houve uma intensificação de sua difusão no final da década de 90. Para este autor,

“No caso brasileiro, a preocupação com a criação de pequenas empresas duradouras e a necessidade da diminuição das altas taxas de mortalidade desses empreendimentos são, sem dúvida, motivos para a popularização do termo empreendedorismo, que tem recebido especial atenção por parte do governo e de entidades de classe”. (p. 16)

Conforme Chiavenato (2004 : 3), “O termo empreendedorismo – do francês *entrepreneur* – significa aquele que assume riscos e começa algo novo”. Enquanto Dolabela (2000) ensina que o termo

“Designa uma área de grande abrangência e trata de outros temas, além da criação de empresas:  
- geração do auto-emprego (trabalhador autônomo);  
- empreendedorismo comunitário (como as comunidades empreendem);

- intra-empendedorismo (o empregado empreendedor);
- políticas públicas (políticas governamentais para o setor) “. (p. 29)

Hisrich e Peters (2004) citam como exemplo inicial da primeira definição de empreendedor como “intermediário” o navegador Marco Pólo, que na tentativa de estabelecer rotas comerciais com o Oriente, assinava um contrato com uma pessoa de recursos para vender suas mercadorias, assumindo um empréstimo, que na época comumente tinha uma taxa de 22,5%, incluindo seguro. Conforme estes autores, o capitalista corria os riscos passivamente e o comerciante aventureiro suportava não só os riscos físicos como os emocionais, e ao final da viagem, quando bem sucedida, os lucros eram divididos numa proporção de 75% para o capitalista e os 25% restantes para o comerciante.

Na Idade Média, o termo “empreendedor” passou a abranger tanto um participante quanto um administrador de grandes projetos de produção. O empreendedor não assumia riscos e usava os recursos fornecidos, em geral pelo governo do país. Já no Século XVII, desenvolveu-se a reemergente conexão de risco com o empreendedorismo, em que o empreendedor assumia um contrato fixo com o governo, assumindo os eventuais lucros ou prejuízos. Richard Cantillon, economista e escritor nos anos 1700, considerado por alguns o criador do termo empreendedorismo, desenvolveu uma das primeiras teorias do empreendedor como alguém que corria riscos, observando que os comerciantes, fazendeiros, artesãos e outros proprietários individuais operam com risco ao efetuar compras com um preço certo e vender a um preço incerto. (HISRICH e PETERS, 2004)

No Século XVIII, tendo como uma das causas a industrialização, o empreendedor foi diferenciado do fornecedor de capital, atualmente investidor de risco. Enquanto Eli Whitney financiava seu estudo para um desencaroçador de algodão com recursos da coroa britânica, Thomas Edison desenvolveu estudos no campo da eletricidade e da química através de fontes particulares de capital. Ambos eram, portanto empreendedores, utilizando capital proveniente de investidores de risco para desenvolver seus projetos. (HISRICH e PETERS, 2004)

No final do Século XIX e início do Século XX não havia a distinção de empreendedores e gerentes. Os empreendedores passaram a ser vistos sob uma perspectiva econômica, organizando e operando uma empresa para lucro pessoal, como por exemplo Andrew Carnegie, que não fez nenhum invento, mas adaptou e desenvolveu nova tecnologia na criação de produtos e promoveu grande desenvolvimento para a indústria de aço americana através de sua busca por competitividade, em vez de inventividade ou criatividade. (HISRICH e PETERS, 2004)

Os autores citados anteriormente (2004) observam que a conceituação de empreendedorismo atualmente está ligada à idéia de inovação, englobando não somente a capacidade de criar e conceitualizar, mas também o entendimento das forças que atuam no ambiente: “A novidade pode ser desde um novo produto e um novo sistema de distribuição, até um método para desenvolver uma nova estrutura organizacional”. (p. 29)

De fato, podemos constatar que ao longo do século XX os processos de desenvolvimento científico e de inovação tecnológica foram muito intensos, tendo a humanidade experimentado um salto na produção de conhecimento jamais verificado anteriormente na história.

A inovação faz parte da cultura empreendedora, no sentido de identificar as demandas de uma empresa ou grupo social e adotar uma postura pró-ativa, visando buscar respostas para as questões existentes e desenvolver processos, produtos ou serviços capazes de satisfazer estas demandas. Filion (2000 : 23), relaciona os seguintes elementos que compõem a cultura empreendedora:

- Identificação de oportunidades de negócio;
- Definição de visões;
- Expressão de diferenciais;
- Avaliação de riscos;
- Gestão de relacionamentos.

O desenvolvimento da cultura empreendedora depende de vários fatores como, por exemplo, características culturais, níveis de progresso científico e tecnológico, para suportar as idéias concebidas e orientação da direção de empresas e governos no sentido de avançar na produção do conhecimento e desenvolver métodos e técnicas que proporcionem a obtenção de maior lucratividade das empresas e bem-estar social.

Para Bernardi (2003),

“entre muitas motivações e razões objetivas e subjetivas para empreender encontram-se predominantemente as seguintes: necessidade de realização, implementação de idéias, independência, fuga da rotina profissional, maiores responsabilidades e riscos, prova de capacidade, auto-realização, maior ganho, *status* e controle de qualidade de vida”. (p. 66)

Conforme Hisrich e Peters (2004),

“A percepção de que é desejável iniciar uma nova empresa é resultado da cultura, da subcultura, da família, dos professores e dos colegas de uma pessoa. A cultura que valoriza um indivíduo que cria com sucesso um novo negócio dará origem a mais empreendimentos do que uma cultura que não dá valor a isso”. (p. 31)

No centro desta cultura está um ator de fundamental importância que lidera e mantém o processo de empreendedorismo ativo: o empreendedor. Para compreensão da importância e função deste personagem da cultura empreendedora, são apresentadas algumas definições a seguir.

De acordo com Filion (2000),

“O empreendedor é uma pessoa que empenha toda sua energia na inovação e no crescimento, manifestando-se de duas maneiras: criando sua própria empresa ou desenvolvendo alguma coisa completamente nova em uma empresa preexistente (que herdou ou comprou, por exemplo). Nova empresa, novo produto, novo mercado, nova maneira de fazer – tais são as manifestações do empreendedor”. (p. 24)

Segundo Karl Vesper (1980) *in* Hisrich e Peters (2004),

“Para o economista, um empreendedor é aquele que combina recursos, trabalho, materiais e outros ativos para tornar seu valor maior do que

antes; também é aquele que introduz mudanças, inovações e uma nova ordem. Para um psicólogo, tal pessoa é geralmente impulsionada por certas forças – a necessidade de obter ou conseguir algo, experimentar, realizar ou talvez escapar à autoridade de outros. Para alguns homens de negócios, um empreendedor aparece como uma ameaça, um concorrente agressivo, enquanto, para outros, o mesmo empreendedor pode ser um aliado, uma fonte de suprimento, um cliente ou alguém que cria riqueza para outros, assim como encontra melhores maneiras de utilizar recursos, reduzir o desperdício e produzir empregos que outros ficarão satisfeitos em conseguir”. (p. 29)

Conforme Chiavenato (2004),

“Na verdade, o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar as oportunidades. Com esse arsenal, transforma idéias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma idéia simples e mal estruturada em algo concreto e bem-sucedido no mercado”. (p. 5)

Para Schumpeter (1949) *in* Dornelas (2001 : 37), “O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização pela exploração de novos recursos e materiais”.

Portanto, de acordo com as definições apresentadas, para que um indivíduo seja considerado empreendedor é necessário que o mesmo utilize os recursos disponíveis e inicie uma nova atividade ou desenvolva uma atividade em curso, tendo como parâmetro a inovação e a agregação de valor. Dornelas (2001 : 37) ressalta que tanto Schumpeter (1949) quanto Kirzner (1973) enfatizam que “o empreendedor é um exímio identificador de oportunidades, sendo um indivíduo curioso e atento a informações, pois sabe que suas chances melhoram quando seu conhecimento aumenta”.

Na literatura também são encontradas referências no sentido de relacionar a simples abertura de novas empresas ao conceito de empreendedorismo.

Hirsrich e Perters (2004) relatam que,

“Muitos indivíduos têm dificuldade de levar suas idéias ao mercado e criar um novo negócio. Ainda assim, o empreendedorismo e as verdadeiras decisões de empreender resultaram em vários milhões de novas empresas iniciados em todo o mundo. Embora ninguém saiba o número exato, nos Estados Unidos (líder mundial em formação de empresas), as estatísticas indicam que de 1,1 a 1,9 milhão de novas empresas foram constituídas anualmente nos últimos anos”. (p. 30)

Nesta mesma linha de raciocínio, Chiavenato (2004) registra que

“Em busca de realização pessoal, independência financeira ou simples sobrevivência, uma enorme fatia da população brasileira registrou nas juntas comerciais, entre 1985 e 2001, algo como oito milhões de empresas. Cerca

de 14,2% da população adulta está envolvida em alguma atividade empreendedora”. (p. 11)

A literatura disponível sobre empreendedorismo costuma tratar o assunto numa abordagem que aponta a figura do empreendedor como um trabalhador que transforma idéias em realidade, que visualiza nichos de mercado para atuar ou como aquele que aprimora idéias já implementadas, seja no próprio negócio ou na empresa em que atua (intraempreendedor). Tanto nos textos acadêmicos quanto na imprensa especializada, os exemplos geralmente são de profissionais persistentes e aplicados em transformar recursos disponíveis em negócios de sucesso. Esta é de fato uma abordagem muito interessante, visto que é sempre empolgante para quem se interessa por este tema, ver profissionais que desenvolvem novos produtos e serviços, e através de sua capacidade empreendedora, geram empregos e dinamizam a economia em que atuam.

No entanto, é fato que diante da necessidade de sobrevivência e das mudanças observadas no mercado de trabalho nos últimos anos, é difícil precisar até que ponto um novo negócio é fruto de uma cultura de empreendedorismo, ou se a abertura de novas empresas por vezes mascara um mercado de trabalho deteriorado e com perdas de direitos para o trabalhador. Por exemplo, quando um profissional abre uma empresa em função da exigência de seu empregador passar a contratá-lo como pessoa jurídica e não mais como empregado e conseqüentemente, com os direitos trabalhistas decorrentes desta condição, pode-se verificar traços de empreendedorismo no "novo empresário", visto que para dar conta de manter-se no mercado de trabalho nesta nova condição, é necessário ter iniciativa e capacidade de gerenciar a vida profissional. Porém, trata-se também de um caso de perda de direitos trabalhistas, em que o "novo empresário" é oficialmente responsável por seu negócio, mas na prática continua com a mesma relação patrão-empregado com o antigo empregador, agora contratante de seus serviços.

Conforme destacado anteriormente, ainda não há na literatura uma definição concisa e aceita sobre o que é de fato empreendedorismo. Portanto, considerar abertura de empresas como empreendedorismo é uma questão controversa, visto que na abertura de um negócio, o proprietário não é obrigado a revelar o motivo que o levou àquela atividade, atendo-se somente às questões legais e burocráticas que envolvem a abertura de um negócio formalizado. Deste modo, considerar a abertura de um negócio como empreendedorismo, sem consultar o proprietário sobre suas motivações quanto á abertura do negócio, ou sem pesquisas que avaliem se o comportamento do proprietário frente ao negócio se aproxima das características de profissionais empreendedores ou de gerentes tradicionais, acaba sendo uma questão de ponto de vista, segundo valores e convicções que quem analisa o fato.

De acordo com Bernardi (2003),

“A farta literatura disponível e a definição predominante da figura do empreendedor conduzem ao traçado de um perfil característico e típico de personalidade em que se destacam: senso de oportunidade, dominância, agressividade e energia para realizar, autoconfiança, otimismo, dinamismo, independência, persistência, flexibilidade e resistência a frustrações, criatividade, propensão ao risco, liderança carismática, habilidade de equilibrar “sonho” e realização, e habilidade de relacionamento”. (p. 64)

De qualquer forma, o fato de criar uma nova empresa indica o movimento de um estágio de vida ou de negócio para outro, considerando que as atividades relacionadas à

criação do negócio como escolha do local de atuação, levantamento de recursos e processo de produção ou prestação de serviço, entre outros, pode envolver traços de espírito empreendedor. No entanto, o registro “frio” das estatísticas pode não contemplar todas as variáveis envolvidas no assunto em questão e levar a análises equivocadas.

Cabe então refletir que nos anos 90 houve um intenso processo de terceirização em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Em função da conjuntura econômica, internacionalização e integração das economias nacionais, e inovações tecnológicas que hoje permitem que um produto tenha seus diversos elementos elaborados em diversas partes do mundo, a abertura de novas empresas muitas vezes pode significar a divisão de uma única organização em um conjunto de empresas menores, mas analisadas sob o ponto de vista da importância que carregam para a sociedade ou meio ambiente em que atuam, constituem-se em um único negócio. Neste caso, o simples aumento do número de empresas registradas nas juntas comerciais não pode ser considerada empreendedorismo.

Nos últimos anos, a palavra “agilidade” tem sido uma constante no discurso de diversos atores na economia, desde grandes e pequenos empresários, a governantes e profissionais de instituições sem fins lucrativos. Ao contrário do que se observava até o final dos anos 1980, serviços não diretamente relacionados ao negócio ou atividade principal da organização, como serviços de limpeza, portaria, telefonia e manutenção de equipamentos foram terceirizados e obviamente, que para viabilizar esta nova ordem vigente, a criação de novas empresas é imprescindível.

Conforme Dornelas (2001), após várias tentativas de estabilização econômica e em função das consequências do fenômeno da globalização, ocorreu no Brasil uma procura das empresas por alternativas para o aumento da competitividade, redução de custos e manutenção no mercado.

Para este autor,

“Uma das consequências imediatas foi o aumento do índice de desemprego, principalmente nas grandes cidades, onde a concentração de empresas é maior. Sem alternativas, os ex-funcionários dessas empresas começaram a criar novos negócios, às vezes mesmo sem experiência no ramo, utilizando-se do pouco que ainda lhes restou de economias pessoais, fundo de garantia, etc. quando percebem, esses profissionais já estão do outro lado. Agora são patrões e não mais empregados. Muitos ficam na economia informal, motivados pela falta de crédito, pelo excesso de impostos e pelas altas taxas de juros”. (p. 15)

Pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), aponta o Brasil como um dos países mais empreendedores do mundo. A pesquisa coordenada pelo London Business School, Babson College e Global Entrepreneurship Research Association (GERA), é realizada desde 1999 (no Brasil a partir de 2000) e atualmente envolve mais de 40 países em todos os continentes.

Para o GEM (2006),

“A criação de negócios é uma das causas da prosperidade das nações. Com ela, inova-se, geram-se oportunidades, empregos e riquezas. A existência de indivíduos dispostos aos riscos de empreender é um dos pilares do

desenvolvimento econômico. Captar, descrever e analisar o fenômeno do empreendedorismo é, portanto, fundamental para o desenho de ações de promoção do progresso e do bem-estar”. (p. 11)

Quanto ao estágio dos seus negócios, os empreendedores são classificados como: a) empreendedores iniciais, com até 42 meses de vida, que são divididos em nascentes – aqueles à frente de negócios em implantação, que se chegaram a gerar remuneração, o fizeram por menos de três meses – e novos, com negócios em funcionamento e geração de remuneração por pelo menos três meses; e b) empreendedores estabelecidos, com empreendimentos em atividades há mais de 42 meses. Quanto à motivação para empreender, são divididos em “empreendedores por oportunidade”, motivados pela percepção de um nicho de mercado em potencial, e “empreendedores por necessidade”, motivados pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda. GEM (2005)

Conforme expresso no relatório desta pesquisa, a atuação do GEM no Brasil tem contribuído para uma nova linguagem sobre empreendedorismo no país, sendo ressaltada a difusão do termo “empreendedorismo por necessidade”, em que o Brasil é um dos países com maior destaque dentre os países relacionados na pesquisa.

A difusão desta classificação poderá contribuir para a melhor qualificação do empreendedorismo, através da caracterização de motivações identificadas por outros autores para a abertura de um novo negócio, que estão relacionadas à necessidade de superação de alguma dificuldade enfrentada pelo empreendedor, mas que não são classificadas como “empreendedorismo por necessidade”. Neste sentido, Bernardi (2003), aponta algumas circunstâncias que dão origem a um empreendimento, entre elas o empreendimento como opção ao desemprego.

Chiavenato (2004), referindo-se aos estudos de Knight sobre o tema, relata que a formação de um negócio pode ser uma saída para escapar de algum fator ambiental, sendo estes empreendedores denominados por aquele pesquisador como “refugiados”. No estudo original foram identificados sete tipos de refugiados: *o estrangeiro*, que deixa sua terra natal em função de restrições políticas, religiosas ou econômicas; *o corporativo*, que monta um negócio visando fugir do ambiente burocrático das grandes e médias empresas; *o dos pais*, que deixa a família para mostrar sua capacidade de fazer as coisas de maneira independente; *o do lar*, que empreende após o crescimento dos filhos ou quando se sentem livres das responsabilidades domésticas; *a feminista*, mulheres que sofrem algum tipo de discriminação de gênero e preferem montar seu próprio negócio; *o social*, que é alheio à cultura dominante na empresa que trabalha; e *o educacional*, que se cansa dos cursos acadêmicos e decide montar o próprio negócio.

Apesar da importância dos grandes empreendedores para a economia e a identidade de um país, ter um contingente de pequenos empreendedores atuando com sucesso, é fundamental para o dinamismo das economias locais. As grandes organizações nem sempre tem a agilidade necessária para atender nichos específicos de mercado, e em alguns casos, pequenas demandas são inclusive anti-econômicas para as grandes empresas, havendo portanto, um espaço privilegiado de atuação para os pequenos empreendedores.

Conforme Morais Júnior (2004),

“No Brasil, de acordo com estudos do Sebrae, as micro e pequenas empresas chegam ao número de 4,5 milhões, representam 98% de todas as empresas

existentes, absorvem 59% da mão-de-obra empregada, respondem por 48% da produção e por 42% da massa salarial. Hoje, a proporção de famílias chefiadas por trabalhadores com carteira assinada e de famílias chefiadas por autônomos é praticamente a mesma, um percentual em torno de 31%. Nunca tivemos no país mais de 40% dos chefes de família com carteira assinada. Tudo isso mostra a força que os empresários dos pequenos “grandes” negócios têm, bem como as possibilidades de inclusão social que se abrem a partir do desenvolvimento dos mesmos”. (p. 2)

Logo, empreender ou montar o próprio negócio é uma alternativa, ou às vezes uma imposição, para que sejam criadas oportunidades de trabalho para um conjunto maior de profissionais. Para Cabido (2004 : 1), “Nem todo empresário é empreendedor e nem todo empreendedor é empresário. Entretanto, encontramos muitos empresários que também são empreendedores e que fazem de suas organizações exemplos de inovação, criatividade e competência”.

Ao passo que os estudiosos do empreendedorismo se referem ao empreendedor como o profissional motivado pelo desejo de realizar, que corre riscos calculados e define visões, entre outras características, são encontradas também referências que relacionam a abertura de uma empresa como atividade empreendedora. Ressalta-se também a difusão do termo “empreendedorismo por necessidade”, ou seja, por falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda.

Independente de como se analise a questão, o fato é que abrir uma pessoa jurídica é uma alternativa encontrada por vários profissionais para atuação na economia formal, ou pelas empresas para diversificação de seus investimentos ou ter mais agilidade e lucro nos negócios. Desta forma, conforme apresentado a seguir, este trabalho analisa a abertura de pessoas jurídicas no setor de serviços no Centro da cidade do Rio de Janeiro, visando retratar a atuação dos profissionais deste segmento econômico, e identificar a partir da análise do setor e das respostas obtidas, evidências que possam contribuir para compreender a dinâmica de atuação dos profissionais, seja como empreendedores ou microempresários que utilizam o recurso de abertura de pessoa jurídica como alternativa de sobrevivência.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Referencial Teórico e definição da metodologia**

Inicialmente foi realizado o estudo do referencial teórico básico, visando subsidiar a formulação do tema específico para estudo e a delimitação do escopo do projeto. Foi decidido estudar algum tema que abordasse questões relativas a empreendedorismo e mercado de trabalho, investigando as razões e motivações para abertura de pessoas jurídicas e dificuldade para manutenção do negócio.

Após buscar possibilidades de obtenção de cadastros de profissionais como a Junta Comercial e o cadastro de empresas da Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, foi escolhido o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em função de ser um cadastro que abrange o universo de pessoas jurídicas nos diversos setores de atividade econômica em todo o país e composto exclusivamente por empresas ou instituições legalmente constituídas. Desta forma, foi possível solicitar um recorte que contemplasse o conjunto de pessoas jurídicas no espaço geográfico objeto desta pesquisa.

Neste trabalho, pretendia-se inicialmente estudar as pessoas jurídicas com apenas um profissional, de modo a investigar a razão pela qual estes profissionais optam por atuar na economia formal como pessoas jurídicas legalmente constituídas, ao invés de atuar como empregados de empresas estabelecidas. Para realização desta pesquisa, foi solicitada ao Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma relação contendo as pessoas jurídicas nesta situação e atuantes no município do Rio de Janeiro no setor de serviços, em quatro subáreas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Por razões de preservação do sigilo do informante de seus cadastros e pesquisas, o Instituto não pôde disponibilizar a relação solicitada. Conforme informação prestada pela gerência do Cadastro Central de Empresas, o menor recorte possível de ser disponibilizado seria o de pessoas jurídicas com até quatro profissionais de pessoal ocupado. Desta forma, o recorte contemplaria um segmento que tende a ser formado prioritariamente por proprietários e sócios, sendo preservado o sigilo do informante, procedimento ao qual o Instituto deve observar por determinação legal.

Com dados relativos ao ano 2000, o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informa que “Nas pequenas empresas é expressiva a participação de proprietários e sócios no pessoal ocupado. Do total de 5.556.510 sócios e proprietários de empresas, 74,1% (4.117.567) atuam em unidades que ocupam até 4 pessoas”. IBGE/ CEMPRE (2002) Enquanto que para o ano de 2002, foi identificado que do total de 4,5 milhões de empresas ativas no país, 3,1 milhões (68,3%) encontravam-se nesta situação, ocupando 4,3 milhões de pessoas. IBGE/ CEMPRE (2004)

Considerando a restrição na obtenção da relação de pessoas jurídicas, e que na faixa de pessoal ocupado com até quatro pessoas concentra-se a maior parte das pessoas jurídicas no Brasil (82,1% em 2000), optou-se por adotar o recorte sugerido pela Gerência do Cadastro Central de Empresas do IBGE, de pessoas jurídicas com até quatro profissionais, que é a menor faixa de pessoal ocupado possível de ser disponibilizada.

Considerando ainda a representatividade do setor de serviços no país, este trabalho objetivou estudar a atuação destes profissionais no município do Rio de Janeiro. Para delimitação do estudo, foram escolhidos quatro segmentos de serviços relevantes para a economia do município, selecionados na relação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Para realização do trabalho de campo, foi escolhido o Centro do município do Rio de Janeiro, que sedia aproximadamente um terço do total de pessoas jurídicas do município, nos quatro segmentos de serviços escolhidos para a pesquisa.

A formação do Cadastro Central de Empresas teve início com o Censo Econômico de 1985, quando a adoção do número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) como código identificador das empresas, permitiu o estabelecimento de um vínculo das empresas com seus locais de atuação, alimentando na época um cadastro composto de cerca de 1,1 milhão de empresas. A partir de então, o Cadastro foi sendo aperfeiçoado e atualizado anualmente, tendo passado por uma ampla pesquisa de atualização cadastral em 1995, o Censo Cadastro, visando a introdução da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Conforme o IBGE,

"A manutenção do Cadastro é garantida através de sua articulação com as pesquisas do IBGE e com Registros Administrativos. Pelo menos uma vez por ano, todas as unidades do Cadastro são atualizadas, a partir dos dados cadastrais e econômicos levantados pela RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e pelas seguintes pesquisas do IBGE: Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual do Comércio, Pesquisa Anual de Serviços, Assistência Médico Sanitária".

A adoção da CNAE no IBGE iniciou-se em 1995 no Cadastro Central de Empresas, passando gradativamente a ser utilizada nas demais pesquisas econômicas do Instituto. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas é o resultado de um esforço conjunto do IBGE e de outros órgãos produtores de registros administrativos, como por exemplo, o Ministério do Trabalho e a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, visando a padronização de uma classificação de atividades econômicas para uso generalizado pelos produtores de informações econômicas do País. Até a década de oitenta, as classificações de atividades econômicas eram revistas para a elaboração dos Censos Econômicos, realizados a cada cinco anos, e a partir dos resultados dos Censos eram adaptadas às demais pesquisas econômicas do Instituto. Além da ausência de uma classificação permanente, a falta de uma padronização nacional prejudicava a harmonização das estatísticas brasileiras com as classificações internacionais, mesmo com a ajuda das tabelas de conversão que eram usadas anteriormente.

O Cadastro Central de Empresas constitui-se na pedra angular do modelo atual de produção de estatísticas econômicas, sendo a referência do universo de atividades que compõem o sistema produtivo formal no país, contemplando as unidades legalmente registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Em sua constituição, cada pessoa jurídica tem sua identificação referenciada necessariamente a quatro dimensões:

- a existência física (endereço);
- a referência legal (CNPJ);
- a identidade econômica (código de atividade); e
- a identificação de porte (variáveis do tipo volume da receita e/ou emprego).

A principal finalidade do CEMPRE é atender demandas internas e externas de subcadastros, sendo também utilizado para o desenvolvimento de estudos sobre demografia de empresas, distribuição regional e setorial do parque produtivo, fornecendo informações em nível municipal quanto ao número de unidades, total de pessoal ocupado e de salários por atividade econômica, para o universo de empresas ativas formalmente constituídas.

Foi solicitado ao Cadastro a relação de pessoas jurídicas formalmente constituídas no município do Rio de Janeiro, para os quatro segmentos do setor de serviços, selecionados a partir da relação de atividades disponíveis na Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a saber:

**Quadro 1 - Justificativa de seleção na CNAE dos segmentos pesquisados**

<b>Código CNAE</b>	<b>Justificativa</b>
65 - Intermediação Financeira:	Apesar do esvaziamento econômico observado até a primeira metade da década de 1990, o Rio de Janeiro ainda é um pólo financeiro importante no cenário nacional, mantendo-se como a segunda maior economia do país e possuindo a segunda maior renda <i>per capita</i> do país, atrás apenas do Distrito Federal.
72 - Atividades de Informática e Serviços Relacionados:	Segmento que tem sua importância ressaltada nos últimos anos, em função da convergência tecnológica para a base digital, sendo uma das atividades que mais crescem em todo o mundo.
74 - Serviços Prestados Principalmente às Empresas:	É um segmento bastante diversificado, com atuação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, e direcionado prioritariamente para o atendimento de pessoas jurídicas.
92 - Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas:	O Rio de Janeiro é tradicionalmente apontado como centro cultural do país e mantém uma atividade bastante significativa neste segmento no cenário nacional.

Para seleção do local de realização do trabalho de campo, foi escolhido o Centro, em função de sua evidente importância histórica e econômica para a cidade e o estado do Rio de Janeiro, estando localizados neste bairro diversos estabelecimentos culturais como museus, teatros e centros culturais, grandes instituições financeiras, bem como a sede de instituições públicas federais, estaduais e municipais. No Centro estão registrados aproximadamente um terço das pessoas jurídicas do município do Rio de Janeiro na faixa de pessoal ocupado pesquisada, relativas aos quatro segmentos de serviços escolhidos conforme expresso a seguir:

**Tabela 1 - Comparação da quantidade de Pessoas Jurídicas no setor de serviços no município do Rio de Janeiro por faixas de pessoal ocupado (Códigos 65, 72, 74 e 92 da CNAE)**

<b>Faixa de Pessoal Ocupado</b>	<b>Centro</b>	<b>Outros Bairros</b>	<b>Total</b>	<b>Representatividade do Centro</b>
0 a 4	12.218	23.329	35.547	34,37%
5 a 9	1.584	2.243	3.827	41,39%
10 a 49	1.234	1.613	2.847	43,34%
Total	15.036	27.185	42.221	-

Fonte: Cadastro Central de Empresas do IBGE. Elaboração do autor.

Para delimitação do espaço geográfico que compõe o Centro, foi utilizado o Código de Endereçamento Postal (CEP) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Atualmente a página da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na Internet informa no *link* de acesso à página da II Região Administrativa (Centro), os bairros Aeroporto, Castelo, Fátima, Lapa e Praça Mauá. No entanto, na página da II Região Administrativa há um histórico que aponta o Centro como único bairro integrante desta região. De um modo geral, a população que circula no bairro e as empresas ali localizadas costumam identificar em seus anúncios ou quando informam seu endereço, as subáreas do Centro, o que se refletiu na relação de pessoas jurídicas disponibilizadas pelo IBGE. A grande maioria das pessoas jurídicas informou como bairro o Centro, e no caso das que informaram as subáreas como o bairro de localização ou referência, o endereço foi conferido através do serviço de busca de CEP disponível na página dos Correios na Internet.

Esta conferência resultou na lista de pessoas jurídicas que compõem o universo da pesquisa, ou seja, as pessoas jurídicas dos quatro segmentos de serviços supracitados, escolhidos a partir da relação de atividades econômicas da CNAE. Em seguida, foi efetuada a seleção da amostra aleatória estratificada, considerando a quantidade de pessoas jurídicas existentes em cada um destes segmentos.

A amostra aleatória foi considerada mais adequada, para que a seleção não tivesse algum viés que privilegiasse um determinado tipo qualquer de pessoa jurídica dentro de cada substrato. Segundo Richardson (1999),

"Para cumprir esse princípio, é necessário possuir uma lista completa dos elementos que formam parte da população, de tal maneira que por meio de um método apropriado se possa selecionar ao acaso aqueles elementos que constituirão a amostra. Os métodos utilizados podem ir desde o uso de simples dados para sorteio até as tabelas de números aleatórios criados cientificamente e que aparecem em alguns livros de estatística". (p. 161)

Foi admitido um nível de confiança de 95% e erro de estimação de 5%. De acordo com Richardson (1999 : 168), "Geralmente, nas pesquisas sociais não se aceita um erro maior que 6%. (...) Quanto maior a exatidão desejada, menor o erro e maior o tamanho de tal amostra. Usualmente, trabalha-se com um erro de 4 ou 5%". Foi utilizada a amostra aleatória estratificada, visando garantir a proporcionalidade de cada um dos segmentos pesquisados em relação ao universo da pesquisa, sendo calculado o tamanho da amostra conforme a seguir:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{E^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q} = \frac{4 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 12218}{25 \cdot 12217 + 4 \cdot 50 \cdot 50} = 387,35$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

$\sigma^2$  = Nível de confiança (escolhido, em número de desvios - padrão)

p = Proporção da característica pesquisada no universo, calculado em percentagem

q = 100 - p (em percentagem)

N = Tamanho da população

$E^2$  = Erro de estimação permitido

Com a definição do tamanho total da amostra, foi realizada a estratificação de acordo com os percentuais representativos de cada setor no universo estudado:

Tabela 2 - Seleção da amostra estratificada por código da CNAE

<b>Código do Segmento na CNAE</b>	<b>Total de Pessoas Jurídicas</b>	<b>Percentuais de Pessoas Jurídicas</b>	<b>Amostra Estratificada</b>
65	1195	10,65%	41,25 = 41
72	1202	10,71%	41,48 = 41
74	7885	70,29%	272,26 = 273
92	936	8,34%	32,30 = 32
<b>Total</b>	<b>12218</b>	<b>100%</b>	<b>387</b>

Fonte: Cadastro Central de Empresas do IBGE. Elaboração do autor.

Para a seleção das pessoas jurídicas segundo o tamanho da amostra, foram atribuídas colunas de números randômicos para as tabelas de cada um dos quatro segmentos da CNAE pesquisados. Em seguida feito o sorteio do tipo "cara ou coroa", para determinar se a ordem dos números seria crescente ou decrescente, e então selecionados os substratos a serem pesquisados em cada uma das tabelas. A seleção foi efetuada utilizando o *software Excel for Windows*.

Foram excluídos da amostra oito pessoas jurídicas incluídas na relação solicitada, por incorreção de preenchimento da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego) por parte de seus respectivos proprietários. Destas, três são de outros bairros da cidade e que informaram "Centro" no campo bairro na RAIS. As outras cinco, são pessoas jurídicas localizadas em outros municípios, porém assinalaram alguma informação referente ao município do Rio de Janeiro na RAIS. Em uma delas, por exemplo, foi informado o CEP de um bairro do Rio de Janeiro, onde há outra pessoa jurídica registrada com nome semelhante. Em consulta à gerência do Cadastro Central de Empresas, foi informado que estes erros são decorrentes de falhas no preenchimento da RAIS, e que isto pode ocorrer, visto que diferentemente das demais pesquisas do IBGE, em que os formulários são preenchidos por um pesquisador do Instituto, no caso da RAIS, o preenchimento é efetuado pelo responsável por cada pessoa jurídica.

Visando a reposição dos oito elementos retirados da amostra, bem como para tentar aumentar o número de questionários respondidos, foram selecionadas mais 35 pessoas jurídicas, respeitando a ordenação aleatória da relação de pessoas jurídicas. Para esta seleção foi utilizado o cadastro reserva, de modo a alcançar o tamanho mínimo necessário para a amostra e numa tentativa de aumentar a quantidade de respostas de questionários, tendo em vista que a quantidade de não resposta foi muito elevada.

Após a seleção da amostra, foram conferidos na página da Receita Federal na Internet os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) das pessoas jurídicas selecionadas, visando conferir o endereço e a situação cadastral de cada uma delas, incluindo a data de registro da pessoa jurídica na Receita Federal e a data da última atualização cadastral. Nesta conferência, foram encontradas quatro possíveis situações cadastrais. Conforme o IBGE, estas situações cadastrais significam que se a pessoa jurídica estiver:

- *Baixada*, a empresa não existe mais oficialmente;
- *Suspensa*, possui documentação pendente com a Receita. Pode estar funcionando e se quitar as pendências pode voltar a ser considerada Ativa;

- *Inapta*, a falta de documentação é muito maior, faltando mais papéis fundamentais. Assim ela é considerada não apta a funcionar pela receita, mas ela pode ainda quitar sua inadimplência e ter sua situação regularizada; e
- *Ativa*, a empresa funciona sem pendência alguma com a receita. Sua situação é regular.

Este procedimento possibilitou uma melhor estruturação do trabalho de campo, visto que algumas pessoas jurídicas estavam com novo endereço e com atualização cadastral em data posterior ao ano de referência da relação do IBGE, que é 2003 e, portanto não foram visitadas. Juntamente com outras pessoas jurídicas que estavam com situação cadastral “Ativa” e foi informado pelos atendentes encontrados no endereço disponível, que haviam se transferido para outro endereço, foram relacionadas como pessoas jurídicas que haviam se mudado na tabulação do trabalho de campo.

Também as pessoas jurídicas com situação cadastral “Baixadas” não foram visitadas, visto que já encerraram suas atividades oficialmente. As pessoas jurídicas com situação cadastral “Inapta” ou “Suspensa”, não foram priorizadas visto que em função das condições referentes a estas situações cadastrais, seria muito difícil encontrá-las. No início do trabalho de campo, foram tratadas da mesma forma que as Ativas, mas as que foram procuradas não foram localizadas. O trabalho de campo foi realizado no período de 20/02 a 20/05/2006, sendo este o período de referência da pesquisa.

Para a execução do trabalho de campo foi elaborado como instrumento de pesquisa, o questionário em anexo, que inclui uma página para o preenchimento de dados cadastrais como nome, endereço, profissão, local de residência, escolaridade e quantidade de profissionais que atuam na pessoa jurídica. Além destas informações, o questionário foi composto de nove questões objetivas, formuladas a partir das referências bibliográficas consultadas sobre os temas relacionados a este trabalho na fase de formulação e estruturação do projeto de pesquisa. O instrumento teve como objetivo coletar dados que possibilitassem uma análise dos motivos de abertura da pessoa jurídica, nível de experiência profissional, dificuldade de manutenção do negócio, meios de prestação de serviços, o tipo de clientes e a motivação para atuação profissional no futuro próximo. Visando facilitar o entendimento do objetivo da pesquisa e de facilitar o contato entre o pesquisador e o informante, foi incluído no início do questionário um pequeno texto explicativo, com os telefones e endereços eletrônicos para contato.

Durante trabalho de campo, tentou-se obter a resposta da pesquisa na primeira abordagem ao informante, pois sendo o preenchimento do questionário realizado na presença do pesquisador, seria possível esclarecer eventuais dúvidas do informante. Porém, em função da dinâmica de trabalho destes profissionais, nem sempre este procedimento foi possível, dado que vários profissionais aceitaram colaborar com a pesquisa, desde que o questionário fosse entregue e preenchido posteriormente por falta de tempo naquele momento ou até mesmo porque preferiam entregar depois. Em outros casos, os profissionais consultados prestam a maior parte dos seus serviços fora de seu escritório ou endereço de referência, e em alguns casos estavam viajando.

Nos casos em que o questionário foi entregue a outro profissional que se comprometeu a entregá-lo para o possível informante, foi elaborada uma carta-padrão explicando o objetivo do trabalho e informando que o questionário foi entregue ao atendente em função de não tê-lo encontrado naquele momento. Esta carta sofreu pequenas alterações, quando foi considerado necessário incluir algum comentário referente a alguma informação prestada pelo atendente

ou por alguma situação específica do local de atuação daquele profissional, como a data e o horário da visita e o funcionário que fez o primeiro atendimento. Exemplificando, em uma academia esportiva, o professor que fez o atendimento não poderia preencher o questionário, e como estava fazendo treinamento com uma turma de esportistas, solicitou que o questionário fosse enviado pelo Correio, informando o proprietário do estabelecimento.

Os dados coletados no trabalho de campo, tanto os referentes à contagem das pessoas jurídicas procuradas, quanto aos questionários respondidos, foram tabulados utilizando o *software Excel for Windows*. Considerando que a quantidade de questionários recebidos é baixa em relação ao total da amostra, visando enriquecer o trabalho e proporcionar ao leitor um maior detalhamento da realidade encontrada no campo, optou-se por relatar exemplos referentes a situações que evidenciam a dinâmica do grupo de pessoas jurídicas pesquisado, de modo a informar a análise do pesquisador sobre as situações vivenciadas, efetuando uma análise descritiva dos dados coletados no trabalho de campo.

Conforme Richardson (1999 : 326), a “Pesquisa Descritiva” tem como objetivo “Descrever sistematicamente um fenômeno ou área de interesse. Dita descrição deve ser detalhada e objetiva”. Como exemplos da aplicação desta metodologia, o autor cita as pesquisas demográficas, estudo de opinião, análise de documentos, perfis ocupacionais e inventários de interesse. Desta forma, além das respostas obtidas com o questionário de pesquisa, procurou-se fazer uma observação detalhada dos logradouros visitados, registrando as informações passadas pelos recepcionistas dos edifícios sobre as pessoas jurídicas procuradas, forma de recepção do pesquisador pelos profissionais visitados, justificativas para não resposta e relatos dos informantes encontrados sobre sua atuação profissional. Sendo assim, os demais dados obtidos, além daqueles coletados através do questionário, foram fundamentais para possibilitar uma análise mais apurada do universo pesquisado.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. Execução do trabalho de campo e considerações iniciais**

O trabalho de campo se revelou numa atividade de difícil execução, em função de que além da resistência dos profissionais encontrados em responder o questionário de coleta de dados, a maior parte das pessoas jurídicas já não estava mais em funcionamento de fato no endereço informado, durante o período do trabalho de campo, embora estivessem com situação cadastral “Ativa” na Receita Federal. Registra-se que grande parte destas efetuou a referida atualização cadastral no final do ano de 2005 (71,21%).

Por razões de segurança do pesquisador, bem como de observância dos procedimentos adotados pelos diferentes logradouros percorridos para a permissão da entrada de visitantes nestes locais, sempre que possível, os escritórios somente foram visitados após identificação do pesquisador e informado o trabalho que estava sendo realizado aos porteiros, recepcionistas ou seguranças destes logradouros. Em alguns poucos casos, o acesso aos escritórios foi facilitado em função de estarem localizados no andar térreo dos edifícios e com entrada voltada para a calçada da rua.

Cabe observar que o nível de organização e de controle da segurança dos prédios é bastante diferenciado, conforme as diversas sub-áreas que compõem o Centro. Num extremo, em vários prédios, especialmente nas imediações da Avenida Rio Branco e da região do Castelo, a segurança dos prédios é bastante rigorosa, sendo obrigatório o procedimento de identificação, por vezes com fotografia para o crachá de visitante, e em alguns casos, somente foi possível subir após a permissão de algum profissional do escritório procurado.

Em diversas situações, ainda que o prédio seja bem organizado e monitorado por circuito interno de televisão, o acesso é liberado e não houve obrigatoriedade de identificação. Porém, mesmo nestas situações, foi efetuado o procedimento de identificação com vistas a evitar problemas, bem como para saber que pessoas jurídicas efetivamente funcionavam naquele logradouro, e em alguns casos, saber qual o melhor horário para retornar com mais chances de encontrar os possíveis informantes.

Em outro extremo, em algumas poucas situações, especialmente na Lapa e nas imediações da Central do Brasil, ocorreram situações em que os porteiros não estavam em seus postos de trabalho, sendo necessário aguardar seu retorno para obter alguma informação, no caso de a pessoa jurídica procurada não ser encontrada. Nestas áreas, foram encontradas pessoas jurídicas cujo endereço era o da própria residência do proprietário ou sócio.

Em todos os casos, o pesquisador portou além do documento de identidade, cópia e original de uma declaração da UFRJ com a finalidade de comprovar o vínculo com o curso e, conseqüentemente, dar maior credibilidade ao fato de que o trabalho de campo tinha como único objetivo, a coleta de dados para elaboração de um trabalho acadêmico.

Tal procedimento não foi suficiente para eliminar a resistência de todos os profissionais procurados para responder o questionário, mas na maior parte dos casos, foi fundamental para a permissão de entrada nos edifícios ou mesmo para convencer os profissionais visitados a abrir a porta dos escritórios e preencher o questionário. Ainda assim, em alguns casos o acesso às pessoas jurídicas foi difícil e ocorreram pequenos incidentes desagradáveis, que dificultaram a execução da pesquisa.

Em um dos edifícios visitados, havia quatro escritórios a serem pesquisados e como de costume, foi efetuada a identificação na portaria. Em um dos escritórios, a funcionária informou pelo interfone que o proprietário do escritório não se encontrava naquele momento e solicitou o retorno em horário posterior. Na segunda visita ao edifício, no mesmo dia, apesar de novamente ter efetuado o procedimento de identificação, ao observar o manuseio da pasta com os questionários da pesquisa pelo circuito interno de televisão, o porteiro julgou tratar-se de atividade de venda e solicitou ao vigilante a retirada do pesquisador do edifício. Foi necessário então voltar novamente à portaria e desta vez, mostrar inclusive o questionário da pesquisa, para que o porteiro e o vigilante se convencessem de que se tratavam de um trabalho acadêmico e permitissem o retorno aos escritórios.

Também a sensação de insegurança vigente na cidade do Rio de Janeiro atualmente foi um complicador para a coleta de dados. Em um dos escritórios visitados, a funcionária que abriu a porta assustou-se ao confundir um estojo preto com um revólver. Em outros casos, os profissionais encontrados não abriram a porta do escritório, fornecendo algumas informações básicas somente através do interfone.

No entanto, em algumas situações, embora não seja possível comprovar, a impressão foi de que ao invés do medo em receber um visitante desconhecido, a resistência se deu em função de não querer que as dependências do escritório fossem vistas. Em um destes casos, uma pessoa gritou sem abrir a porta para que fosse procurada a sala ao lado. Achei que a entrada fosse pela outra sala e tendo comprovado que não era, voltei ao escritório que constava na lista e a mesma pessoa se comunicou sem abrir a porta, tendo que gritar, pois não havia interfone. Neste caso, diante da recepção nada amistosa e da impossibilidade de sequer explicar o motivo da pesquisa, o único procedimento possível foi incluir esta pessoa jurídica entre o grupo das que foram localizadas, porém não responderam o questionário.

Cabe registrar que as informações prestadas pelos porteiros, recepcionistas e seguranças foram fundamentais para a execução da pesquisa. Em algumas situações, havia vários escritórios a serem visitados no mesmo edifício e a conferência da lista de endereços com o atendente, possibilitou o conhecimento das pessoas jurídicas que não se encontravam mais naquele endereço, poupando desta forma, o esforço e o tempo necessários para visitar alguns escritórios. Em alguns casos, quando as pessoas jurídicas haviam mudado de endereço para outro local no mesmo bairro, as informações prestadas por estes atendentes possibilitaram encontrar o novo endereço.

Nos casos em que as pessoas jurídicas não funcionavam mais no local e os porteiros não sabiam precisar sua situação atual, sempre que havia alguma outra empresa em funcionamento na mesma sala, o endereço foi visitado numa tentativa de saber se o atual ocupante da sala conhecia o paradeiro da pessoa jurídica procurada. Também nestes casos, foi perguntado se a empresa que ocupava a sala era um escritório de contabilidade ou advocacia, tendo em vista que logo no início do trabalho de campo foi observado que informar o endereço do contador como ponto de referência é uma prática bastante utilizada, especialmente nos casos em que, em função das características atividade exercida, o profissional não necessita de manter uma sala exclusiva para o exercício de seu trabalho.

O total de questionários obtidos foi 40, o que representa 9,47% do total da amostra e 27,21% das pessoas jurídicas encontradas. Em todas as pessoas jurídicas encontradas, foi solicitado o preenchimento do questionário no momento da visita. Em função da resistência dos profissionais em colaborar com a pesquisa e da dificuldade em encontrar os proprietários

ou sócios, foram respondidos na primeira abordagem ao informante 16 questionários (40%). Nas demais respostas, bem como nas pessoas jurídicas encontradas e que não responderam a pesquisa, quando não houve recusa imediata, foi solicitado deixar o questionário impresso e/ou que copiassem o arquivo em disquete no computador do escritório ou informassem o endereço eletrônico para o envio.

Sempre que foi possível falar pessoalmente com o proprietário ou sócio da pessoa jurídica procurada, foi solicitada a resposta do questionário no momento da abordagem, de modo a poder explicar com maior clareza os objetivos da pesquisa e conhecer um pouco do histórico de atuação do profissional. Desta forma, nos casos em que o questionário foi respondido diretamente ao pesquisador, sem intermediação de outros profissionais para entregá-lo ao informante ou quando o questionário foi enviado pelo Correio ou para o endereço eletrônico informado, foi possível obter informações gerais sobre a atuação destes profissionais, o que enriqueceu o resultado da pesquisa com relatos a respeito da dinâmica de sua atuação no mercado de trabalho.

Em todos os casos que aceitaram receber o questionário para encaminhamento ao responsável pela pessoa jurídica, foi entregue a versão em papel, e quando possível, a eletrônica. Foi verificado que em alguns casos, resistência em copiar o arquivo no computador, alegando não ter equipamento disponível ou falta de habilidade em efetuar a copia eletrônica, tendo a resistência sido ainda maior em informar o endereço eletrônico.

Anexo ao questionário, foi entregue a declaração de matrícula na universidade, uma carta informando os objetivos do trabalho e os telefones e endereços eletrônicos de contato, e quando necessário, um envelope selado para devolução do questionário pelo Correio. Posteriormente à entrega do questionário, foi feito contato por telefone e em alguns casos, por correio eletrônico para obter informação se os responsáveis pelas pessoas jurídicas haviam concordado em responder o questionário e a previsão de resposta.

Dentre as pessoas jurídicas encontradas, a não resposta ao questionário foi muito elevada. Em alguns casos, a recusa ao preenchimento foi expressa de forma objetiva, informando logo na primeira visita que não poderiam ou não queriam responder. Em diversos outros casos, a recusa foi bastante dissimulada: os profissionais permitiam deixar o questionário para posterior resposta, ou quando o proprietário não se encontrava, o atendente recebia o questionário e informava que poderia ser feito contato por telefone ou endereço eletrônico para saber se o possível informante concordava em participar da pesquisa.

No entanto, embora muitas vezes informassem na segunda abordagem que seria possível a resposta, quase sempre era dito que o proprietário não se encontrava, ou que estava com falta de tempo e que responderiam posteriormente, mas apesar da reiteração do pedido de resposta, a maior parte dos questionários não foi devolvida.

## **4.2. Situação das pessoas jurídicas pesquisadas e análise por segmento da CNAE**

### **4.2.1. Considerações Iniciais**

Os resultados apresentados a seguir referem-se aos dados coletados na pesquisa de campo em quatro segmentos do setor de serviços no Centro do município do Rio de Janeiro, escolhidos dentre os setores disponíveis na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE):

Código 65 - Intermediação Financeira;  
 Código 72 - Atividades de Informática e Serviços Relacionados;  
 Código 74 - Serviços Prestados Principalmente às Empresas e  
 Código 92 - Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas.

Uma parcela muito expressiva das pessoas jurídicas atuantes nos quatro segmentos de serviços pesquisados, considerando a faixa de pessoal ocupado e a delimitação geográfica do projeto, não foram encontradas por encerramento das atividades, mudança de local de trabalho sem informação do novo endereço, ou embora não estejam mais funcionando de fato nos endereços informados, são mantidas funcionando oficialmente, seja devido à burocracia e custo de encerramento do CNPJ na Junta Comercial ou por outras razões que não são possíveis de comprovar através do instrumento de pesquisa utilizado.

A tabela a seguir, retrata o estado atual dos segmentos pesquisados:

**Tabela 3 - Distribuição das Pessoas Jurídicas por código da CNAE e resultado do trabalho de campo**

Código da CNAE	PJ Encontradas	PJ Não Encontradas	PJ que se mudaram	PJ Baixadas/ Inaptas ou Suspensas	Total
65	17	19	11	5	52
72	13	30	5	1	49
74	96	143	16	26	281
92	21	13	3	3	40
Total	147	205	35	35	422

Fonte: Cadastro do CNPJ e trabalho de campo realizado pelo autor.

Foi observado que dentre as pessoas jurídicas encontradas, algumas não tem escritório ou local fixo para prestação dos serviços. Para atender a determinação legal que exige um ponto fixo de referência, informam o endereço de outra pessoa jurídica, em geral o do contador, ou até mesmo o endereço da própria residência. Das 147 pessoas jurídicas localizadas, foram identificadas 20 nesta situação, sendo 3 no endereço de outras pessoas jurídicas, 1 no endereço da própria residência e 16 no endereço do contador.

O resultado desta pesquisa revela uma elevada instabilidade das áreas pesquisadas do setor de serviços no Centro do Rio de Janeiro e que as estatísticas e os registros administrativos oficiais se revelam distantes da realidade num espaço de tempo relativamente curto. A pesquisa de campo foi realizada em pouco mais de dois anos após o ano de referência dos dados publicados pelo Cadastro Central de Empresas do IBGE, e a realidade encontrada retrata uma mudança bastante expressiva entre os registros administrativos de referência e a dinâmica atual nos segmentos pesquisados.

Este resultado é compatível com a elevada mortalidade de empresas situadas na faixa de pessoal ocupado com até quatro pessoas. Em estudo da demografia de empresas realizado pelo IBGE, compreendendo o período de 1997 a 2000, foi identificado que nesta faixa de pessoal ocupado, em 2000 foram registrados o nascimento de 659.364 empresas e fechadas 426.856. (IBGE/ CEMPRE, 2002)

Do total de pessoas jurídicas não encontradas, não é possível precisar quantas estão “baixadas”, “inaptas” ou “suspensas”, ou apenas se mudaram para outro endereço. No

entanto, comparando a diferença percentual entre as comprovadamente “baixadas”, “inaptas” ou “suspensas” na Receita Federal (8,29%) e as que foram possíveis obter comprovação de mudança de endereço, seja no sítio da Receita Federal ou no trabalho de campo (8,29%), com o percentual de pessoas jurídicas não encontradas e que não foi possível identificar a sua situação atual (48,57%), constata-se a grande dificuldade das estatísticas e registros administrativos oficiais de acompanhar a dinâmica do mercado do setor de serviços nas microempresas.

Ressalta-se, no entanto, que o acompanhamento da dinâmica do mercado no setor de serviços pelos órgãos oficiais não apresenta o mesmo grau de dificuldade encontrado neste trabalho, considerando que os órgãos oficiais possuem acesso a dados referentes às pessoas jurídicas, que por razões de sigilo, não estão disponíveis para ampla consulta. No caso do Cadastro Central de Empresas do IBGE, a relação de pessoas jurídicas utilizada como base para esta pesquisa, está associada a dados econômicos obtidos nos registros administrativos oficiais, bem como em pesquisas realizadas pelo Instituto, e que não podem ser divulgadas por determinação legal, mas que permitem ao IBGE e aos demais órgãos estatais, análises diversas para a formulação das políticas públicas e atuação do governo em seus diversos níveis.

A lista de pessoas jurídicas que compõem o universo desta pesquisa, obtida mediante solicitação oficial do pesquisador através de ofício encaminhado pela coordenação deste curso de mestrado ao Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi publicada em outubro de 2005 com dados referentes ao ano de 2003.

Logo era de se esperar que as ocorrências de fechamento de pessoas jurídicas, mudança de endereço ou até mesmo a não localização dos profissionais responsáveis fossem verificados em data posterior ao ano de 2003, período ao qual se referem às estatísticas do CEMPRE.

No entanto, foi observado que em vários casos, as pessoas jurídicas não funcionavam mais no endereço indicado em data anterior ao ano base do cadastro utilizado, tendo em várias situações, os recepcionistas ou porteiros dos endereços visitados informado que os profissionais procurados não trabalhavam no local há mais de três, cinco ou até dez anos, a despeito de que em mais da metade dos casos, a atualização cadastral na Receita Federal ser datada de 03/11/2005, conforme tabela a seguir:

**Tabela 4 - Quantidade de Pessoas Jurídicas com situação cadastral “Ativa” e não encontradas no endereço informado no CNPJ**

<b>Ano de Atualização Cadastral na Receita Federal</b>	<b>Quantidade de Pessoas Jurídicas não encontradas no endereço informado</b>
2005	146
2004	10
2003	14
Anterior a 2003	35
<b>Total</b>	<b>205</b>

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

Em alguns casos, os porteiros e recepcionistas nunca tinham sequer ouvido falar na razão social procurada. Alguns deles ressaltaram inclusive, que nunca tinham visto

correspondência para a pessoa jurídica informada. Nos casos em que, como é comum acontecer, de a razão social procurada funcionar nas dependências de outra pessoa jurídica, (ou mesmo o endereço de referência ser o mesmo do contador ou advogado), quando a pessoa jurídica está em efetivo funcionamento, mesmo que não haja grande visibilidade de atuação, as correspondências e contas encaminhadas, tornam a razão social conhecida pelos profissionais que trabalham nestes condomínios.

Em outros casos, a inexistência da pessoa jurídica integrante da amostra da pesquisa no endereço informado, reflete mudanças ocorridas entre o ano base de 2003 e o período da pesquisa, tendo várias organizações deixado aquele endereço há menos de dois anos. De qualquer forma, tanto para as pessoas jurídicas que não se encontravam mais no endereço informado, seja anterior ou posterior ao ano base de 2003, não é possível precisar o motivo pelo qual não estavam mais em funcionamento no local indicado. Em alguns poucos casos, os funcionários dos prédios visitados souberam informar se a pessoa jurídica solicitada tinha encerrado as atividades ou se estavam funcionando em outro endereço. Na grande maioria das situações, a informação foi que ou saíram sem informar novo endereço, fecharam ou apenas mudaram, ou em alguns casos, que nunca tinham ouvido falar naquela razão social e que provavelmente, não teriam realizado seus trabalhos naquele endereço.

Ressalta-se que embora estas informações não sejam oficiais, visto que se referem ao relato dos atendentes dos edifícios, em geral porteiros, foi rotineiramente solicitado que informassem o tempo em que atuavam profissionalmente naquele local, visando saber se aquelas pessoas tinham condições de informar a existência ou não das pessoas jurídicas procuradas naquele endereço. Os relatos foram que, em sua maioria, os porteiros trabalham nos locais visitados há mais de três anos, período superior ao tempo entre o ano base da relação de pessoas jurídicas obtidas no IBGE e o período de realização desta pesquisa. Foram relatados vários casos de porteiros que trabalham nestes prédios há mais de dez anos, tendo sido encontrados alguns deles no mesmo emprego há trinta anos.

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte dispensa a prova de quitação de tributos e contribuições relativos a Fazenda Nacional, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para a baixa no registro competente, de microempresas que não exerceram qualquer espécie de atividade econômica nos últimos cinco anos. CNC (2003) Desta forma, é possível que a manutenção do registro ativo sem o efetivo exercício de atividades no endereço informado, seja o resultado da espera pelo prazo de prescrição para o pagamento de tributos. Com relação a estudos realizados pelo SEBRAE-SP e BNDES sobre a mortalidade de micro e pequenos negócios, Sachs (2003 : 111) ressalta que uma das dificuldades estatísticas que envolvem estes estudos "reside no fato de que as empresas desativadas não dão baixa em seus registros".

Em dois casos, foram encontrados os proprietários das pessoas jurídicas procuradas, sendo que ambas as microempresas não estão mais em funcionamento, embora não tenham sido encerradas oficialmente:

Em uma delas, a proprietária foi muito cordial e informou que responderia o questionário, tendo informado que a empresa não está mais em atividade apenas quando contatada por telefone para reiterar o pedido de resposta do questionário. Diante da informação inesperada, foi ressaltado que a resposta do questionário relatando nos comentários gerais, o motivo de encerramento das atividades seria um dado interessante para a pesquisa, no sentido de retratar a realidade do mercado de trabalho e as dificuldades de

manutenção de um negócio. A proprietária disse que havia perdido o questionário entregue, mas que o mesmo poderia ser enviado novamente através da Internet. No entanto, infelizmente não foi obtida a resposta desejada e em algumas vezes em que foi feito novo contato por telefone para saber se o questionário havia sido recebido através da Internet, esta profissional não foi encontrada.

No outro caso, o proprietário informou imediatamente que a empresa não estava em funcionamento há aproximadamente cinco anos. Foram utilizados os mesmos argumentos citados anteriormente para esclarecer a relevância daquela pessoa jurídica para o trabalho, mas apesar da cordialidade no recebimento do pesquisador, não foi logrado sucesso na obtenção do questionário respondido.

Apresenta-se a seguir, uma análise dos quatro segmentos com a situação das pessoas jurídicas pesquisadas, o relato das experiências vividas no trabalho de campo e fatos observados nas visitas realizadas às diversas pessoas jurídicas que compõem a amostra:

#### **4.2.2. Código 65 - Intermediação Financeira:**

Este segmento foi o mais complicado de ser pesquisado em função da dificuldade de encontrar as pessoas jurídicas, e quando encontradas, houve total resistência ao preenchimento do questionário, não sendo obtida nenhuma resposta.

**Tabela 5 - Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Intermediação Financeira” conforme situação verificada no trabalho de campo**

<b>Situação</b>	<b>Quantidade de PJ</b>
Encontradas	17
Não Encontradas	19
Mudaram	11
Inaptas, Baixadas ou Suspensas	5
Total	52

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

Das 52 pessoas jurídicas pesquisadas, 10 são referentes a pessoas jurídicas relativas a fundos de investimento e uma relativa a um banco de investimento. Um dos fundos de investimento, juntamente com o banco de investimento, que pertencem ao mesmo grupo financeiro, mudaram para outro bairro e não foi possível obter mais informações. As outras nove pessoas jurídicas são ligadas a um outro grande grupo financeiro atuante na cidade. De acordo com uma funcionária que atendeu o pesquisador, referem-se a fundos de investimentos que podem ser fundos de pensão, previdência ou outros investimentos, e que por adequação à legislação vigente, não podem ser administrados diretamente pela instituição majoritária do grupo, sendo então criadas diversas pessoas jurídicas para cada fim específico e que são administradas por uma subsidiária do grupo. Destas nove pessoas jurídicas, uma está atualmente sediada em endereço de outro estado e outra foi baixada em 2004, conforme o cadastro no CNPJ.

Dentre as demais pessoas jurídicas encontradas, excetuando-se os fundos de investimento, em três a recepção ao pesquisador foi cordial por parte dos funcionários que receberam os questionários, porém não houve êxito na obtenção das informações por motivos diversos:

Na primeira, foi alegado que a empresa exerce suas atividades há 42 anos e o profissional que responderia o questionário não se lembraria mais de todas as informações solicitadas. Foi solicitado então que fosse informado o possível e que as questões não respondidas fossem justificadas nos comentários gerais, porém mesmo assim o questionário não foi devolvido.

Na segunda, o proprietário estava viajando e não poderia responder. Foi tentado um contato pelo endereço eletrônico informado pelos funcionários do escritório, mas mesmo assim não houve resposta. Finalmente, na terceira empresa o proprietário informou à secretária que simplesmente não responderia o questionário, não dando nenhuma justificativa adicional.

Em um dos casos, foi confirmado pela recepção do condomínio que o endereço estava registrado no prédio como referente à razão social procurada, porém em três ocasiões e em horários distintos, a sala foi encontrada fechada. A recepção orientou para enviar o questionário pelo Correio, pois pelas regras do condomínio não é permitida a recepção de documentos de outros portadores. O questionário foi então enviado com os habituais documentos de identificação, porém não houve resposta.

Uma das pessoas jurídicas encontradas, junto com outra do setor de “Serviços Prestados Principalmente às Empresas”, estão registradas no endereço de uma empresa de consultoria e o funcionário que atendeu informou tratarem-se de “empresas de gaveta”. Posteriormente, foi feito um contato por telefone com outra funcionária da consultoria, indicada pelo outro funcionário, mas houve resistência a fornecer mais informações.

Em um dos casos, a pessoa jurídica informou o endereço do contador. Os funcionários do escritório receberam o envelope e entraram em contato com o proprietário. Posteriormente, informaram que o proprietário, que não se dispôs a responder o questionário, já tem idade avançada, estava viajando e não autorizou o escritório a prestar informações sobre a empresa.

Em uma das pessoas jurídicas procuradas foi recebido um questionário preenchido. No entanto foi informada a existência de 80 profissionais atuando na empresa. Tendo em vista que esta informação destoava completamente do perfil de pessoas jurídicas pesquisadas, foi feito contato por telefone com a funcionária que encaminhou o questionário para o preenchimento, visando obter algum esclarecimento. Foi informado que as diversas empresas do grupo possuem o mesmo nome inicial, mudando apenas o complemento de acordo com a atuação da empresa no grupo, e que a empresa solicitada é uma das proprietárias da empresa maior. Foi questionada a possibilidade de enviar o questionário novamente, porém haveria dificuldade de localizar os proprietários ou sócios. A dificuldade de encontrar a empresa desejada ocorreu em função de que no momento da primeira abordagem, não foi permitido visitar o escritório da empresa, sendo orientado deixar o questionário na recepção, e não sendo informado naquele momento que havia mais de uma empresa com o mesmo nome inicial.

Nas demais pessoas jurídicas encontradas, em duas o questionário foi entregue a um dos profissionais administrativos, que informaram posteriormente a recusa dos possíveis informantes. Em outro caso, o proprietário atendeu pelo telefone e informou que não seria possível responder o questionário, mesmo quando argumentado que não seria necessária que a resposta fosse imediata.

### 4.2.3. Código 72 - Atividades de Informática e Serviços Relacionados:

Dos quatro segmentos pesquisados, este foi o que apresentou maior percentual de pessoas jurídicas não encontradas (61,22%), caracterizando-se como uma atividade com elevada instabilidade, visto que comparando os dados apresentados pelo Cadastro Central de Empresas do IBGE de 2003 com a situação encontrada no trabalho de campo, a mudança no cenário foi muito grande.

**Tabela 6 - Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Informática e Serviços Relacionados” conforme situação verificada no trabalho de campo**

<b>Situação</b>	<b>Quantidade de PJ</b>
Encontradas	13
Não Encontradas	30
Mudaram	5
Inaptas, Baixadas ou Suspensas	1
<b>Total</b>	<b>49</b>

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

Das 13 pessoas jurídicas encontradas, 5 responderam o questionário. Houve grande dificuldade de encontrar os profissionais responsáveis pelas microempresas, em função de que é usual que o profissional de informática trabalhe a maior parte de seu tempo nas instalações do cliente, utilizando seu escritório como ponto de apoio.

Em um dos casos, a pessoa jurídica procurada está localizada no endereço de um escritório maior, em que várias outras empresas estão ligadas. Foi informado pela recepcionista, que a rotina do profissional procurado em geral se dá através de visitas aos clientes, e que seria difícil a obtenção da resposta, o que foi confirmado em contato por telefone posteriormente.

Em outra visita, o proprietário da microempresa informou que precisaria consultar seu contador para efetuar a resposta. Foi informado que a pesquisa não questionava situação fiscal ou valores do empreendimento, e que se tratava de um trabalho para estudar empreendedorismo e mercado de trabalho. Mesmo assim manteve a posição de consultar o contador. A impressão passada no momento da visita foi de insegurança, em função de ser estrangeiro e ter um pouco de dificuldade de se comunicar claramente em português. Porém informou posteriormente, que a loja era um estabelecimento vinculado a uma franquia, que não permitia dar qualquer tipo de entrevista.

Em outros casos, os profissionais encontrados informaram que responderiam o questionário, mas passados alguns dias após a primeira abordagem, houve dificuldade de encontrá-los, pois ou não estavam no escritório ou estavam sempre em reunião momento do novo contato.

#### 4.2.4. Código 74 - Serviços Prestados Principalmente às Empresas:

Este é o mais diversificado entre os segmentos pesquisados: é composto por pessoas jurídicas de várias atividades diferentes como advogados, contadores, empresas de publicidade e comunicação, participações e representações, academias esportivas, telecomunicações, importação e exportação, consultoria, arquitetura, gráficas e editoras, casas de shows, produção artística, administradoras de bens, etc.

**Tabela 7 - Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Serviços Prestados Principalmente às Empresas” conforme situação verificada no trabalho de campo**

Situação	Quantidade de PJ
Encontradas	96
Não Encontradas	143
Mudaram	16
Inaptas, Baixadas ou Suspensas	26
Total	281

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

Durante o trabalho de campo, foi observada a grande quantidade de escritórios de advocacia no Centro do Rio de Janeiro. Na maioria das visitas realizadas aos escritórios relacionados na amostra, foi verificado que estes escritórios são vizinhos de um ou mais escritórios do mesmo ramo de atividade. Na amostra constam 36 escritórios, sendo que 7 não foram encontrados, 2 se mudaram e 5 estão “Baixados”, “Inaptos” ou “Suspensos” e a quantidade de escritórios encontrados foi elevada, 22 (representando 61,11% deste sub-extrato). Na maior parte das não-respostas foi alegada falta de tempo para responder o questionário.

Em uma das empresas visitadas, que fazia comunicação visual para anúncios em ruas da cidade e registrada no endereço do escritório do contador, uma das funcionárias do escritório informou que a empresa está em fase de extinção, pois perdeu um contrato de publicidade e não conseguiu mais se manter. Este caso exemplifica, portanto, a grande vulnerabilidade de várias microempresas, em função de dificuldade na diversificação de clientes.

Em outra visita, foi encontrada uma empresa de distribuição, cujo responsável informou tratar-se de pessoa jurídica ligada a um grupo paulista que atua no setor de alimentação. Conforme o profissional que atendeu o pesquisador, o escritório do Rio faz a distribuição dos produtos daquela empresa na cidade e que não seria possível responder o questionário, pois os donos encontravam-se em São Paulo. Um outro profissional informou que sua pessoa jurídica é uma representante autorizada para prestação de serviços aos clientes de uma grande empresa de equipamentos eletroeletrônicos, porém também se recusou a responder o questionário. Estes casos exemplificam que a abertura de pessoas jurídicas, além de ser uma forma de empreendedorismo, pode também ser o indicativo de uma alternativa para grandes empresas diversificarem seus negócios ou para terceirização de sua cadeia produtiva ou de prestação de serviços, tendo como ponto comum a essas alternativas, a redução de custos, especialmente os trabalhistas.

Em um dos escritórios de advocacia, foi informado que não seria possível responder o questionário por falta de tempo do proprietário e porque atualmente o escritório está em nome

de pessoa física. Foi informado ainda que a inscrição do escritório no CNPJ é de uma outra sociedade, feita somente para realizar um trabalho para uma empresa multinacional.

Uma das pessoas jurídicas da amostra neste setor está registrada no endereço do contador no Centro, porém atua em outro bairro da cidade. O contato foi feito através do escritório do contador, mas não houve resposta.

#### **4.2.5. Código 92 - Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas:**

Neste segmento, os percentuais de pessoas jurídicas encontradas (52,5%) e de questionários respondidos em relação ao total de pessoas jurídicas (17,5%) foram os mais elevados dentre os quatro segmentos pesquisados.

**Tabela 8 - Distribuição das Pessoas Jurídicas do segmento de “Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas” conforme situação verificada no trabalho de campo**

<b>Situação</b>	<b>Quantidade de PJ</b>
Encontradas	21
Não Encontradas	13
Mudaram	3
Inaptas, Baixadas ou Suspensas	3
Total	40

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

A amostra selecionada é caracterizada pela existência de diversas pessoas jurídicas de produção artística e cultural, loterias esportivas, academias esportivas e federações esportivas ou sociedades sem fim lucrativo.

Assim como nos demais setores pesquisados, a resistência em responder a pesquisa foi grande. Em um dos casos o proprietário informou que só responderia o questionário se houvesse pagamento, pois segundo ele que é estrangeiro, na sua terra se paga para responder pesquisa. Sendo assim, foi informado que não haveria pagamento e considerado como recusa à pesquisa.

Foram encontrados dois casos de pessoas jurídicas com endereço no Centro e que atuam em outros lugares:

Na primeira, foi informado pela síndica do prédio que se tratava de uma pessoa jurídica de um profissional de televisão residente em outro bairro da cidade, que informou o endereço de um parente no Centro.

A segunda refere-se a um clube esportivo que funciona em outro município e indicou como ponto de referência, uma loja de material esportivo relativo à atividade do clube, localizada no Centro. Nesta última, uma das responsáveis pelo clube ligou para obter informação e esclarecer dúvidas, visto que inicialmente considerou que a pesquisa não se aplicava àquela organização, devido ao fato de não ter fim lucrativo. Todos os questionamentos foram respondidos e explicados os objetivos da pesquisa, mas não houve resposta.

Ressalta-se que na carta endereçada aos informantes das pessoas jurídicas encontradas, mas que não estavam presentes no momento da visita, foi informado que o pesquisador estaria à disposição para esclarecer possíveis dúvidas e este foi o único caso, em que apesar da não resposta, o informante ligou para obter esclarecimentos. Logo, estas situações sugerem que o Centro do Rio registra oficialmente atividades que ocorrem de fato, em outras regiões da cidade ou do estado.

#### 4.2.6. Análise dos questionários respondidos:

Dos 40 questionários preenchidos, um é referente a federação esportiva sem fim lucrativo e 39 a pessoas jurídicas com fins lucrativos, com a seguinte distribuição por segmento pesquisado:

**Tabela 9 – Quantidade de Pessoas Jurídicas que responderam o questionário de pesquisa por código da CNAE**

<b>Código CNAE</b>	<b>Quantidade</b>
Código 65 - Intermediação Financeira	0
Código 72 - Atividades de Informática e Serviços Relacionados	5
Código 74 - Serviços Prestados Principalmente às Empresas	28
Código 92 - Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	7
<b>Total</b>	<b>40</b>

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

A predominância de respostas foi de informantes do sexo masculino (82,05%) e com local de residência na capital (90%). Foi solicitado informar o bairro de residência visando verificar a procedência dos informantes, visto que o Centro do município do Rio de Janeiro é um ponto de convergência de pessoas oriundas de todas as regiões da cidade, bem como do estado. A distribuição dos informantes segundo o local de residência é a seguinte:

**Tabela 10 - Distribuição de respondentes do questionário de pesquisa por local de residência**

<b>Local de Residência</b>	<b>Quantidade</b>
Zona Oeste da Capital	6
Zona Norte da Capital	7
Zona Sul da Capital	15
Centro	3
Bairro Não Informado (Capital)	5
Outros Municípios	4
<b>Total</b>	<b>40</b>

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

Todos os casos em que não foi informado o bairro, são relativos a questionários recebidos pelo Correio ou endereço eletrônico. Quanto aos informantes residentes em outros municípios, todos são localizados na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Quanto ao grau de escolaridade, 12.50% são de nível fundamental (em alguns casos, incompleto), 12.50% de nível médio, 72.5% com nível superior (sendo 22.5% com pós-graduação) e 2.5% não informaram o nível de escolaridade.

Em uma das microempresas em que a informante tem apenas o nível fundamental, a pessoa jurídica foi aberta pela informante, com o marido e o filho, que tem formação superior na área de informática, visando facilitar a atuação do rapaz no mercado de trabalho, pois estava desempregado. Portanto, apesar do informante ter nível fundamental, a atividade da empresa é de nível superior, visto que o serviço é efetuado pelo profissional com graduação na área. Neste caso, foi informado que a abertura da pessoa jurídica foi utilizada para legalizar atividade que anteriormente era exercida informalmente.

**Tabela 11 – Origem do recurso financeiro utilizado para financiar a abertura da Pessoa Jurídica**

<b>Origem do recurso</b>	<b>Percentual</b>
FGTS e rescisão contratual	15,38 %
Poupança pessoal e/ou familiar	56,41 %
Empréstimo a instituições financeiras	2,56 %
Programas de microcrédito do governo	0 %
Outro. Especificar:	23,08 %
Não informado	2,56 %

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

As respostas revelaram que a quase totalidade das pessoas jurídicas foi instituída utilizando recursos próprios de seus proprietários ou sócios, oriundos de poupança pessoal e/ou familiar e do FGTS ou rescisão contratual. Em alguns casos foi informado apenas “recurso próprio”, sem classificar em uma das opções disponíveis ou especificar a origem do recurso. Apenas uma microempresa de consultoria, do segmento de “Serviços Prestados Principalmente às Empresas” informou ter recorrido a empréstimos de instituições financeiras.

Em um dos casos, a abertura da pessoa jurídica foi financiada pela empresa em que o informante trabalhava como empregado e que a partir de então, passou a atuar como prestador de serviços, na primeira metade da década de 90. Em outro caso, a empresa foi aberta com recursos de outras empresas do grupo em 1998 e já está em fase de extinção. Trata-se de um empreendimento de entretenimento e pesquisa de um grupo europeu que tem negócios semelhantes em outros países, e por ter encontrado resistência dos órgãos governamentais brasileiros em conceder a licença para funcionamento, cancelou o investimento. Foi informado que esta foi a segunda tentativa de investimento deste grupo no país e que estão aguardando apenas a venda do terreno comprado para a construção do empreendimento, para encerrar oficialmente a pessoa jurídica.

Foi solicitado aos informantes indicar as duas principais razões para abertura da pessoa jurídica, de acordo com as opções disponíveis no questionário, que incluiu a opção “outros”. As opções mais citadas foram a “independência profissional”, “auto-realização ou implementação de idéias” e “maior ganho financeiro”, sugerindo então uma orientação empreendedora por parte destes profissionais:

**Tabela 12 – Razões de motivação para abertura da Pessoa Jurídica**

<b>Razões pelas quais decidiu montar o negócio:</b>	<b>Motivo 1</b>	<b>Motivo 2</b>
Aposentadoria (manter-se ativo no mercado de trabalho)	0 %	2,56 %
Demissão (falta de oportunidade de novo emprego formal) ou PDV (Plano de Demissão Voluntária)	10,26 %	2,56 %
Legalizar atividade que exercia informalmente	5,13 %	5,13 %
Independência Profissional (ser o próprio patrão)	48,72 %	20,51 %
Auto-realização ou Implementação de Idéias	15,38 %	17,95 %
Maior ganho financeiro	5,13 %	28,21 %
Status	0 %	0 %
Controle de qualidade de vida	5,13 %	2,56 %
Outra. Especificar:	10,26 %	10,26 %

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor.

De fato, foram identificados profissionais que visualizaram oportunidades de negócios e a partir desta identificação, criaram suas microempresas e obtiveram sucesso no mercado de trabalho. No entanto, estas respostas, em alguns casos escondem elementos que revelam que alguns profissionais tomaram esta iniciativa por razões ligadas à dinâmica da economia e do mercado de trabalho, que impõe determinadas condições para a atuação destes profissionais.

Dois profissionais informaram que a abertura da pessoa jurídica foi uma imposição do mercado de trabalho como alternativa para captação de clientes. Um deles, de uma microempresa de seguros, informou que sempre trabalhou como corretor de seguros e que anteriormente prestava serviços como pessoa física e que neste segmento, as empresas do ramo começaram a criar dificuldades para a contratação de prestadores de serviços que atuavam como pessoa física. Relatou também, que além de ter maior facilidade para a captação de novos clientes, a abertura da pessoa jurídica naquele momento (1995) foi mais interessante do ponto de vista tributário.

Outra profissional, do setor “Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas”, é funcionária pública aposentada, com larga experiência em artes e patrimônio histórico, começou a atuar na prestação de serviços como pessoa física após a aposentadoria e pouco tempo depois, abriu a pessoa jurídica para ter maior facilidade de captação de clientes. Segundo ela, as empresas evitam contratar pessoas físicas para prestação de serviços em função do receio de criar algum tipo de vínculo empregatício, ou simplesmente para não ficar vulnerável a uma eventual ação judicial, visto que atualmente há uma verdadeira “indústria de ações trabalhistas”, com profissionais especializados em processar empresas que contratam pessoas físicas e não tomam todas as medidas para se precaver de uma possível ação judicial. Abriu a pessoa jurídica com recursos provenientes da remuneração obtida com o trabalho executado na época em que trabalhava como pessoa física, não sendo necessário valores altos para abertura do negócio. A abertura se deu em função do mercado preferir contratar pessoa jurídica que pessoa física.

Dentre os profissionais que indicaram outro motivo para abertura da pessoa jurídica, uma profissional do segmento de “Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas” informou que se cansou de atuar como “*free lancer*” e que desejava um trabalho com maior estabilidade. Informou que pretende continuar trabalhando por conta própria e expandir o negócio, porém manifestou o desejo de passar num concurso público para ter estabilidade de emprego. Considera que é difícil empreender no Brasil e que as pessoas que a conhecem tem

a falsa imagem de que é rica, simplesmente porque tem um negócio, mas que somente quem está à frente de uma microempresa sabe o quanto é difícil mantê-la em atividade. Como segunda razão para abertura do negócio, informou a independência profissional (ser o próprio patrão).

Um dos profissionais informou que antes da abertura do seu escritório atual, trabalhava em sociedade com outro advogado, prestando serviços para uma grande empresa de comércio varejista atuante no Rio de Janeiro. Com o encerramento das atividades desta empresa, a sociedade foi dissolvida. Então decidiu abrir o próprio escritório, passando a prestar serviços prioritariamente para pessoas físicas.

Em um dos casos, foi identificado que a abertura do próprio negócio foi claramente um exemplo de necessidade de sobrevivência à escassez de vagas no mercado de trabalho. O profissional, cuja escolaridade é apenas o nível fundamental, atuava como empregado de carteira assinada na gráfica de um sindicato. Com o fechamento da gráfica, foi demitido e recebeu como indenização uma máquina gráfica, decidindo abrir o próprio negócio. Na abertura da firma em 2000, seu nível de experiência era regular e atualmente presta serviços principalmente para empresas privadas. Dentre estas empresas, algumas são do mesmo ramo e por não ter maquinário próprio, terceirizam o serviço para a sua gráfica de modo a prestar serviços aos próprios clientes.

Quanto à existência de um plano de negócios, um total de 55% informou adotar este tipo de planejamento em suas atividades, sendo que 22.5% consideram que seu plano de negócios é bem estruturado, enquanto que 32.5% avaliam que ainda precisa ser melhorado. Uma parcela muito expressiva dos entrevistados, 45%, informou não ter plano de negócios formalizado, contrariando desta forma, uma recomendação enfatizada pelos diversos autores que estudam o tema de abertura de negócios, bem como pelo Sebrae, que consideram a existência do plano de negócios como um elemento que contribui de forma decisiva para o sucesso de um novo empreendimento. Foi observado que alguns dos entrevistados que informaram não adotar este tipo de planejamento, não conhecem um plano de negócios, chegando mesmo a confundi-lo com a documentação obrigatória para legalização da pessoa jurídica.

Quanto ao nível de experiência profissional na abertura da pessoa jurídica, 70% informou ser “muito boa”, 25% possuíam experiência “regular”, enquanto que apenas 5% tinham pouca ou nenhuma experiência. Considerando que das 40 pessoas jurídicas entrevistadas, 21 iniciaram suas atividades três anos antes do ano base da versão atual do Cadastro Central de Empresas do IBGE, os percentuais sugerem que a quase totalidade dos informantes terem nível de experiência profissional de regular a muito bom no início das atividades, é um elemento importante para a longevidade destes empreendimentos.

A razão apontada como a maior dificuldade para manutenção das atividades é referente a uma reclamação que já virou “lugar comum” no Brasil, que são os impostos muito elevados, com 65% das respostas. A forte concorrência de outras empresas foi apontada por 12.5% dos entrevistados, o alto custo de atualização tecnológica por 7.5%, enquanto que 15% apontaram outros motivos.

Um dos entrevistados informou que devido aos impostos elevados prefere não deixar a empresa crescer, pois perderia os benefícios tributários de ter aderido ao SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de

Pequeno Porte). Quando surge a encomenda de um serviço muito além da capacidade de atendimento da empresa, recorre à contratação temporária e terceirização para atendimento da demanda. Informou que resiste em permitir o crescimento da empresa, pois isso implicaria no estabelecimento de uma infra-estrutura mais complexa, envolvendo departamentos internos e mais empregados permanentes, o que tornaria o negócio vulnerável a eventuais crises. Um outro entrevistado informou que o percentual elevado de impostos é um impeditivo para a contratação de novos empregados.

Um outro entrevistado informou que a maior dificuldade para a manutenção do negócio é a combinação dos impostos elevados com o custo de atualização tecnológica. Considerou que existe “um certo exagero” no discurso de que os impostos são muito elevados, mas que se fossem menores haveria maior possibilidade de investimento em atualização tecnológica.

O representante de uma federação esportiva informou que a maior dificuldade de exercício de suas atividades é um motivo comum a todos os desportos amadores: falta de apoio, divulgação e dinheiro.

Excepcionalmente, um dos entrevistados, advogado aposentado e que montou o escritório para continuar exercendo sua profissão após a aposentadoria, informou que não há nenhuma dificuldade na manutenção de seu escritório. Por outro lado, um outro advogado entrevistado, este em início de carreira, informou que a maior dificuldade é a falta de dinheiro no mercado.

O proprietário de um escritório de representações informou que a maior dificuldade para a manutenção do negócio é a legislação restritiva, em função do *lobby* exercido pela indústria farmacêutica no país, impedindo o crescimento da “indústria do bem estar”, mas que a tendência de crescimento deste segmento é irreversível.

A maioria dos entrevistados informou que o principal meio de obtenção de um novo contrato ou venda de produto ou serviço é a rede de relacionamentos, ou indicação de amigos e clientes (62.5%). A segunda alternativa mais citada foi “instalações da própria empresa” (15%), apontada por pessoas jurídicas que de acordo com as características do serviço prestado, dependem do espaço físico de seu empreendimento, como clubes, livrarias, casas lotéricas e lojas de fotocópias. Em seguida, “visita a clientes” foi citada por 10 %. Do total, apenas duas pessoas jurídicas (5%) citaram a Internet como principal meio de obtenção de um novo contrato, sendo apenas uma do setor de informática e a outra, uma empresa de montagem de *stands* para feiras e eventos. As demais pessoas jurídicas do setor de informática captam clientes em alternativas variadas, sendo uma na própria empresa, três através de rede de relacionamentos e outra em visita a clientes. Neste último caso, o proprietário trabalhava sozinho e desenvolvia atividades de consultoria, vendendo a pessoa jurídica em 2005 por ter recebido uma boa proposta.

No questionário foi perguntado se o profissional presta serviços para alguma empresa em que trabalhou como empregado, visando investigar a existência de profissionais que oficialmente são pessoas jurídicas independentes, mas que mantêm algum tipo de vínculo com empregos anteriores. O percentual de respostas positivas foi relativamente pequeno, tendo 15% respondido “Sim” e 10 % respondido “Eventualmente”. Destes, três que responderam “Sim” e um que respondeu “Eventualmente” prestam serviços para uma única empresa.

Em um dos casos, trata-se de um profissional que tem duas pessoas jurídicas, uma que produz e outra que comercializa, e, portanto não há vínculo de dependência com empresa em que já trabalhou como empregado. Enquanto outro informou que abriu uma pessoa jurídica na primeira metade da década de 90 para prestar serviços à empresa em que trabalhava. Neste caso, o recurso financeiro utilizado para a abertura do negócio foi financiado pela empresa em que atuava, passando a partir daquele momento a prestar serviços de terceirização, tendo aquela empresa como única cliente. Ao ser perguntado como gostaria de atuar profissionalmente no futuro próximo, informou que gostaria de voltar a ser empregado e ter os benefícios do emprego formal. Neste caso, pode-se concluir que se trata de uma situação de perda de direitos, visto que apesar da independência profissional que a situação jurídica sugere, mantém uma relação de dependência com relação ao antigo patrão, ainda que não seja possível avaliar o efetivo nível de independência profissional através do instrumento de pesquisa utilizado.

Nos dois outros casos, a coincidência de respostas nas perguntas 7 e 8 com relação a prestação de serviços para uma única empresa, sugerem algum tipo de dependência ou vínculo empregatício informal, porém estes profissionais não forneceram informações adicionais que possibilitassem uma conclusão mais precisa.

Um dos profissionais que respondeu a pesquisa informou prestar serviços para uma única empresa, porém não foi empregado da mesma. Neste caso, embora não se possa afirmar que a mudança de empregado para microempresário seja um caso de independência profissional na teoria e manutenção da relação patrão-empregado na prática, foi fornecido um pequeno depoimento, mais contundente que os dos profissionais que já foram empregados e atualmente prestam serviços exclusivamente para o antigo patrão. Na opinião deste profissional, “Na questão nº 9, a primeira opção (voltar a ser empregado...) é desejo de todo aquele que presta serviço, principalmente na área de informática. Tudo isso é devido à alta carga tributária que hoje sofremos, só para ter o direito de exercer nossa função. Só o governo e as empresas contratantes é que saem ganhando com isso. Continuamos sendo empregados, só que sem direito algum e ainda assumimos todas as obrigações que os patrões tinham”. Ressalta-se que este profissional informou que gostaria de passar num concurso público e ter estabilidade de emprego.

A maioria dos entrevistados informou prestar a maior parte de seus serviços para empresas privadas (66.67%) e pessoas físicas (25.64%). Neste caso, a pergunta é de múltipla resposta e quatro profissionais informaram mais de um tipo de organização como principais clientes.

Com relação à forma como gostariam de atuar profissionalmente no futuro próximo, 5% manifestaram o desejo de voltar a ser empregados e ter os benefícios de um emprego formal, 12.5% informaram desejar passar num concurso público e ter estabilidade de emprego e a grande maioria, 80%, pretende continuar trabalhando por conta própria e expandir o negócio. Destes, foi encontrado um caso de uma profissional aposentada que respondeu esta opção, mas que nos comentários forneceu informações que contrariam esta resposta: Informou que assumiu a empresa de pesquisa comercial em que o marido trabalhou como empregado, em função de seu falecimento e da impossibilidade de outros sócios de continuarem no negócio, mas que seu real desejo atualmente é conseguir equilibrar as finanças da empresa para poder desativá-la, pois até para encerrar as atividades o custo é elevado.

## 5. CONCLUSÃO

O conjunto de pessoas jurídicas estudado se caracteriza por uma alta instabilidade, característica marcante das microempresas no Brasil, visto que a maior parte das pessoas jurídicas com situação cadastral “Ativa” não foi encontrada. O grande número de pessoas jurídicas oficialmente ativas e não encontradas sugere um fenômeno não registrado pelas estatísticas oficiais e, portanto não há uma explicação registrada de suas causas: as pessoas jurídicas deixam de funcionar oficialmente, porém por alguma razão não detectada no trabalho de campo, continuam renovando sua situação cadastral na Receita Federal no mesmo endereço, sendo observados casos em que não atuam no local há mais de cinco anos.

A abertura de pessoas jurídicas é um recurso utilizado para atuação dos empreendedores, no sentido de legalizar suas atividades e atuar na economia formal, com todos os benefícios e obrigações decorrentes. Do mesmo modo, é uma forma encontrada por empresas maiores e já estabelecidas no mercado, de diversificarem investimentos ou facilitar sua logística de operação, que através destas pessoas jurídicas podem comercializar ou distribuir produtos e prestar serviços. Logo, a simples abertura de uma pessoa jurídica não deve ser considerada empreendedorismo sem verificação de se a motivação para a abertura é resultante da atuação de um empreendedor, ou se é uma alternativa utilizada por uma empresa já estabelecida para diversificação de investimentos ou uma contribuição à sua logística de operações.

Também foi identificado que a abertura destas firmas, é uma forma de adaptação de profissionais à atual estrutura de atuação das empresas privadas e do setor governamental, em que a abertura de uma pessoa jurídica, é um meio legal utilizado para que um profissional atuante no mercado como pessoa física tenha acesso liberado ou facilitado à prestação de serviços para empresas maiores, que têm reduzido a contratação direta de profissionais. Desta forma, o resultado é a delegação de suas atividades a prestadores de serviços ou microempresas, porém, evitando a contratação de pessoas físicas, de modo a reduzir a vulnerabilidade a eventuais processos trabalhistas.

Adicionalmente, em alguns casos, abrir uma empresa, mais que empreendedorismo é um caminho natural de atuação profissional, visto que no caso dos profissionais liberais, abrir o próprio escritório é para muitos a única maneira de atuar profissionalmente. No caso destes profissionais, a solicitação para preenchimento do questionário de pesquisa foi encarada com certa surpresa, pois para eles abrir uma empresa é um instrumento natural de prestação de serviços. Em um dos casos, visando diminuir a resistência da informante, foi argumentado que pode haver uma diferença entre os profissionais liberais que atuam em grandes empresas ou fazem concursos públicos e os que abrem o próprio escritório, que é o espírito empreendedor. Sendo assim, a continuação do preenchimento do questionário sem qualquer outro comentário questionador de seus objetivos, sugere uma concordância de que há um viés empreendedor em sua atuação, ainda que a abertura do escritório seja uma alternativa bastante comum em seu ramo de atuação.

Algumas respostas evidenciaram que o mercado de trabalho passa por um processo de perda de direitos por parte dos trabalhadores, que constituem uma pessoa jurídica para prestar serviços a outras empresas como uma imposição do mercado de trabalho, sendo identificado um caso em que a abertura da pessoa jurídica foi inclusive financiada pela empresa contratante, tendo o profissional informado preferir ser empregado e ter os direitos trabalhistas a ser prestador de serviços.

A concentração de respostas que apontaram o desejo de continuar atuando por conta própria e expandir o negócio, em conjunto com a indicação de motivo de abertura da pessoa jurídica com objetivo de independência profissional, auto realização e maior ganho financeiro, sugere uma orientação empreendedora por parte dos profissionais consultados, resultando em empreendedorismo no sentido de que tomaram a iniciativa de montar a própria empresa e visando encontrar uma alternativa de atuação profissional. No entanto, foram observados poucos casos de empreendedorismo envolvendo inovação, criatividade e identificação de nichos promissores de mercado. Mesmo no caso em que a profissional entrevistada identificou, a partir de sua experiência adquirida durante sua carreira como funcionária pública, um nicho de mercado em que poucas empresas atuam e há grande possibilidade de crescimento do negócio, a abertura da pessoa jurídica foi mais uma imposição do mercado que propriamente uma decisão pessoal, pois poderia perfeitamente atuar como pessoa física, caso o mercado não impusesse obstáculos a contratá-la desta forma.

A observação do segmento pesquisado sugere que mesmo havendo espírito empreendedor, a atuação profissional não resulta necessariamente em empreendedorismo, visto que não estão disponíveis as melhores condições para empreender, como por exemplo, uma economia dinâmica e carga tributária adequada. Ainda que a implementação do SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro Empresas e das Empresas de Pequeno Porte) não tenha sido objeto de análise específica deste trabalho, os relatos obtidos evidenciaram que este sistema se constitui em uma importante contribuição para a atuação das microempresas, sendo inclusive comentado por um profissional consultado que a empresa que não adere ao sistema absorve uma perda financeira. No entanto, conforme observado por um dos entrevistados, com o crescimento a ponto de deixar de ser microempresa, a pessoa jurídica perde os benefícios deste sistema tributário e passa a arcar com uma carga tributária muito elevada, o que resulta por inibir o crescimento destas organizações, cujos proprietários podem não permitir a expansão de modo a não perder os benefícios de ser uma microempresa.

Portanto, considerando que a implementação deste sistema tributário obteve bons resultados para as microempresas, faz-se necessário que seja estudado um sistema em que as microempresas sejam estimuladas a crescer de forma gradativa, de modo que as microempresas que tenham intenção de se tornarem empresas grandes, possam fazê-lo de forma sustentada.

A terminologia utilizada pelo GEM (Global Entrepreneurship Monitor), que distingue o empreendedorismo por oportunidade e por necessidade, é uma forma mais consistente de analisar a motivação de abertura de negócios. Conforme expresso no relatório desta pesquisa, a difusão do termo “empreendedorismo por necessidade” é resultado da utilização da pesquisa como referência para a análise deste tema no Brasil. Considerando o pioneirismo do GEM na difusão do termo, os autores ligados ao tema ainda não utilizam esta conceituação, embora façam referência ao início de novo negócio, com motivo de abertura que podem ser classificados nesta terminologia. Neste caso, cabe uma reflexão no sentido de que se faz necessária uma qualificação mais detalhada do motivo de atuação dos profissionais neste tipo de empreendedorismo.

A abertura de negócios motivada por necessidade, além de empreendedorismo, deve ser pensada no quadro de uma dinâmica regressiva do mercado de trabalho e da falta de oportunidades na economia formal nos diversos países, em especial nos subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento como no caso do Brasil, mas articulado num movimento

contínuo das organizações e de certa forma com a condescendência do Estado, de perda de direitos trabalhistas.

Neste trabalho, dois casos de evidente “empreendedorismo por necessidade” ilustram bem a importância da melhor qualificação do empreendedorismo por parte dos estudiosos no assunto. No caso do profissional que abriu uma gráfica após receber um equipamento gráfico como indenização, ainda que o contexto tenha exercido forte influência em sua motivação para empreender, não foi exatamente uma imposição: o profissional poderia ter vendido a máquina recebida, e ter dado outro destino ao valor obtido com sua venda. A abertura de sua empresa foi decorrente da perda do emprego, mas representou também uma oportunidade, que dependendo de seu desempenho, pode ser promissora. Na data da entrevista, a empresa já atuava há pouco mais de cinco anos, tendo, portanto já superado a fase mais crítica de sobrevivência de novas microempresas.

Porém no caso do profissional que abriu uma pessoa jurídica por demanda da empresa em que trabalhava, tendo inclusive recebido financiamento para a abertura de sua própria empresa, a criação da pessoa jurídica foi quase uma imposição: ou aceitava trabalhar com este novo vínculo com a antiga empregadora, ou além de perder a condição de empregado, perderia também sua fonte de rendimento. Deste modo, configura-se uma relação trabalhista própria de nosso tempo: a abertura da própria empresa, ao invés de representar de fato a condição de empresário, configura a manutenção da antiga relação de poder, agravada com a perda de direitos e diminuição da responsabilidade legal do contratante.

Portanto, considerando que o chamado “empreendedorismo por necessidade” é mais representativo do que o “empreendedorismo por oportunidade” no Brasil, a melhor qualificação dos motivos que levam os profissionais brasileiros a empreender por necessidade, se faz necessário, de modo a obter um melhor conhecimento das questões ligadas à abertura de novos negócios, resultaria no melhor planejamento e execução das políticas públicas para as microempresas e as relações trabalhistas, com maior eficácia por parte dos empreendedores e de um mercado de trabalho ofertante de mais postos de trabalho, especialmente os postos mais qualificados e com mais benefícios, tanto para o contratante quanto para o prestador de serviços.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGUA DE CHEIRO. **Institucional**. Disponível em: <[www.aguadecheiro.com.br](http://www.aguadecheiro.com.br)>. Acesso em: 15 jun. 2006.

AMARO, M. N.; PAIVA, S. M. C. **Situação das micro e pequenas empresas**. Senado Federal, Brasília, 02 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/SituacaodasMicro.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2006.

AUBERT, B. A.; BLAIS, R. A. Tecnologia da informação e inovação tecnológica. In: FILION, L. J.; DOLABELA, F. e Cols. **Boa idéia! E agora?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

BERRY, L. L. **Descobrimo a essência do serviço: os novos geradores de sucesso sustentável nos negócios**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

CABIDO, A. C. **Empresariamento x empreendedorismo**. Disponível em: <[www.biblioteca.sebrae.com.br](http://www.biblioteca.sebrae.com.br)>. Acesso em: 1 maio 2006.

CHER, R. **A gerência das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las**. São Paulo: Maltese, 1990.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **As micro e pequenas empresas no Brasil**. Rio de Janeiro: CNC, 2000.

\_\_\_\_\_. **As micro e pequenas empresas em foco**. Rio de Janeiro: CNC, 2003.

COSTA, E. Oportunidades na Web para pequenas empresas. In: FILION, L. J., DOLABELA, F. e Cols. **Boa idéia! E agora?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. Disponível em: <[www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml](http://www.dieese.org.br/esp/releaselivro.xml)>. Acesso em: 1 jun. 2006.

DOLABELA, F. **A vez do sonho: casos em forma de entrevista com empreendedores**. São Paulo: Cultura, 2000.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

EMPREENDEDOR. **A decisão de ser o próprio patrão**. Disponível em: <[www.empreendedor.com.br](http://www.empreendedor.com.br)>. Acesso em: 05 fev. 2006.

FILION, L. J. Empreender: Um sistema ecológico de vida. In: FILION, L. J.; DOLABELA, F. e Cols. **Boa idéia! E agora?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

FORNO DE MINAS. A **Empresa.** Disponível em: <[www.fornodeminas.com.br/empresa.html](http://www.fornodeminas.com.br/empresa.html)>. Acesso em: 15 jun. 2006

GEM. **Empreendedorismo no Brasil – 2004:** relatório executivo. Curitiba: Global Entrepreneurship Monitor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Empreendedorismo no Brasil – 2005:** relatório executivo. Curitiba: Global Entrepreneurship Monitor. Curitiba, 2006. Disponível em: <[www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)>. Acesso em: 15 mar. 2006.

GIANESI, I. G. N.; CORRÊA, H. L. **Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente.** São Paulo: Atlas, 1994.

GUEDES, C. A. M. **O mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa:** tendências e perspectivas. Revista Universidade Rural. Série Ciências Humanas – v. 25, n. 1-2, Jan-Dez. 2003. Seropédica: Editora Universidade Rural, 2003.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil - 2001.** Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 5 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Cadastro Central de Empresas – CEMPRE (s/d).** Disponível em: <<http://w3.dpe.ibge.gov.br/gcc/CEMPRE.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Economia Informal Urbana - 2003.** Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 15 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2000) (release para divulgação).** Coordenação de Comunicação Social. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <<http://w3.dpe.ibge.gov.br/BdRelease/V2release.ASP?ESTUDO=cadastro&SIGLA=&TITULO=&DATARE=>>>. Acesso em: 1 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE (2002) (release para divulgação).** Coordenação de Comunicação Social. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://w3.dpe.ibge.gov.br/BdRelease/V2release.ASP?ESTUDO=cadastro&SIGLA=&TITULO=&DATARE=>>>. Acesso em: 1 mar. 2006.

JOHNSTON, R.; CLARK, G. **Administração de operações de serviço.** São Paulo: Atlas, 2002.

LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços:** conceitos, exercícios, casos práticos. São Paulo: Atlas, 1999.

MORAIS JUNIOR, R. B. **Micro e pequenas empresas e seus micro e pequenos empresários?** Disponível em: <[www.biblioteca.sebrae.com.br](http://www.biblioteca.sebrae.com.br)>. Acesso em: 10 maio 2006.

NATAL, J. L. A. **O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social.** Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

POCHMANN, M.; BORGES, M. **Era FHC: a regressão do trabalho.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Governo. **Rio II R.A. Centro.** Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/governo/centro.cfm>>. Acesso em: 10 out. 2005.

PUGA, F. P. **Experiências de apoio às micro, pequenas e médias empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan.** Textos para Discussão nº 75. Disponível em: <[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)>. Acesso em: 3 set. 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SEBRAE. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas: primeiro semestre de 2005.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>> Acesso em: 5 jan. 2006.

\_\_\_\_\_. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil.** Disponível em: <[www.sebrae.com.br/br/mortalidade\\_empresas/](http://www.sebrae.com.br/br/mortalidade_empresas/)>. Acesso em: 10 mar. 2006.

\_\_\_\_\_. **Formalize sua empresa.** Disponível em: <[www.sebrae.org.br/br/parasuaempresa/formalizesuaempresa.asp](http://www.sebrae.org.br/br/parasuaempresa/formalizesuaempresa.asp)>. Acesso em: 25 maio 2006.

\_\_\_\_\_. **Rumo à lei geral da pequena empresa.** Brasília: Sebrae, 2004. 288p.

\_\_\_\_\_. **Texto da lei geral está 100% negociado.** Agência Sebrae de Notícias. Disponível em: <<http://asn.interjornal.com.br/site/noticia.kmf?noticia=4771328&canal=208>>. Acesso em: 15 jun. 2006.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico.** Rio de Janeiro: Forense, 1997.

SINGER, P. **Para entender o mundo financeiro.** São Paulo: Contexto, 2000.

TACHIZAWA, T; FARIA, M. S. **Criação de novos negócios: gestão de micro e pequenas empresas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TREVISAN, A. M. In: CHER, R. **A gerência das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las.** São Paulo: Maltese, 1990.

WU, V. Reaquecimento econômico, mas não do emprego. Boletim, ano III, n. 5, dez./1999 – mai./2000. In: NATAL, Jorge. (Org.). **Conjuntura Fluminense Recente (1998-2004): memórias selecionadas.** Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.

## ANEXOS

Anexo A – Formulário de Pesquisa

Rio, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2006.

	<p><b>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</b>  <b>Instituto de Ciências Humanas e Sociais</b>  <b>Mestrado Profissionalizante em Gestão e Estratégia em Negócios</b>  <b>Aluno: Marcos Aurelio Campos de Queiroz</b>  <b>Orientador: Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes</b>  <b>Questionário de Pesquisa para elaboração da Dissertação</b></p>
---	--

Prezado (a) Senhor (a),

O objetivo deste questionário é coletar dados para uma pesquisa sobre empreendedorismo e mercado de trabalho em microempresas no Centro do Rio de Janeiro, visando à elaboração de uma dissertação para a conclusão do Mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ressalto que o sigilo do informante será preservado. Os dados somente serão publicados depois de totalizados, não havendo portanto, identificação do respondente.

Caso a sua empresa não esteja em atividade atualmente, por gentileza responda considerando as informações relativas ao último mês de funcionamento e informe no campo “comentários gerais” o motivo de fechamento ou suspensão das atividades.

Caso seja necessário, os telefones de contato para esta pesquisa são 2142-0859 (trab.) e 9794-6035 e os endereços eletrônicos são marcosqueiroz@ibge.gov.br e pesquisarural@yahoo.com.br.

Obrigado por responder este questionário! Suas informações são muito importantes para esta pesquisa.

Cordialmente,  
 Marcos Queiroz

**Dados Cadastrais:**

Nome da Empresa:			
Endereço:			
Bairro:		Ano de Fundação:	
E-mail:			
Telefone:			
Nome do respondente:			
Situação na empresa:	<input type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Sócio	
Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino	
Profissão: (Informe a área de formação ou de atuação. Ex: Engenheiro, Fotógrafo, etc.)			

Para os itens a seguir, marque com um “X” a opção correspondente:

Local de residência:	<input type="checkbox"/>	Rio de Janeiro (indicar o bairro):
	<input type="checkbox"/>	Outro Município:
Escolaridade do empreendedor:	<input type="checkbox"/> Fundamental (1º Grau)	<input type="checkbox"/> Especialização
	<input type="checkbox"/> Ensino Médio (2º Grau)	<input type="checkbox"/> Mestrado

(Informar o último curso concluído)	<input type="checkbox"/> Graduação	<input type="checkbox"/> Doutorado
-------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------

Número de profissionais que atuavam na empresa em dezembro de 2003:	
Número de profissionais que trabalham na empresa atualmente:	

### Questões da pesquisa:

Para as questões a seguir, marque um “X” nas opções mais adequadas à realidade de sua atuação profissional.

1. Qual a principal origem do recurso financeiro para a abertura do negócio?

	FGTS e rescisão contratual
	Poupança pessoal e/ou familiar
	Empréstimo a instituições financeiras
	Programas de microcrédito do governo
	Outro. Especificar:

2. Quais as principais razões pelas quais decidiu montar o seu negócio? (Por favor, informe as duas principais razões em ordem de prioridade)

1º	2º	Opções
		Aposentadoria (manter-se ativo no mercado de trabalho)
		Demissão (falta de oportunidade de novo emprego formal) ou PDV (Plano de Demissão Voluntária)
		Legalizar atividade que exercia informalmente
		Independência Profissional (ser o próprio patrão)
		Auto-realização ou Implementação de Idéias
		Maior ganho financeiro
		Status
		Controle de qualidade de vida
		Outra. Especificar:

3. Na abertura do negócio, qual era o nível de experiência profissional na área em que atua?

	Muito boa
	Regular
	Pouca ou nenhuma experiência

4. Possui um Plano de Negócios estruturado, prevendo estratégias para manutenção e expansão do negócio?

	Sim, há um Plano de Negócios bem estruturado.
	Sim, há um Plano de Negócios a ser melhorado.
	Não há Plano de Negócio formal.

5. Qual a maior dificuldade para manutenção do seu negócio?

	Impostos muito elevados
	Forte concorrência de outras empresas
	Alto custo de atualização tecnológica
	Outro. Especificar:

6. Qual o principal meio de obtenção de um novo contrato ou venda de produto e/ou serviço?

	Internet
	Instalações da própria empresa
	Visita a clientes
	Feiras e eventos
	Rede de relacionamentos (indicação de amigos ou clientes)
	Outro. Especificar:

7. Você presta serviços para empresas em que já trabalhou como empregado?

	Sim
	Não
	Eventualmente

8. Para que tipo de organizações, você presta a maior parte de seus serviços?

	Empresas privadas (duas ou mais empresas)
	Empresas estatais
	Órgãos públicos (federalis, estaduais e/ou municipais)
	Organizações Não Governamentais (ONGs)
	Pessoas físicas
	Para uma única empresa. Neste caso, você já trabalho nesta empresa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

9. Independente da situação de seu trabalho atual, como você gostaria de atuar profissionalmente no futuro próximo?

	Voltar a ser empregado, e ter os benefícios de um emprego formal.
	Passar num concurso público e ter estabilidade de emprego.
	Continuar trabalhando por conta própria e expandir o meu negócio.

**Comentários Gerais:**

---

---

---

---

---

Anexo B – Carta aos proprietários não encontrados de Pessoas Jurídicas em funcionamento

Rio de Janeiro, de abril de 2006.

Prezado (a) Senhor (a),

Sou estudante de mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e estou realizando uma pesquisa com foco em microempresas na área de serviços no Centro do Rio de Janeiro, visando coletar dados para a elaboração de minha dissertação de mestrado.

Estive no seu endereço para solicitar sua colaboração no preenchimento do questionário de minha pesquisa, mas infelizmente não tive a oportunidade de encontrá-lo (a). Sendo assim, deixo este envelope com o questionário, a cópia da declaração da universidade informando que sou aluno do curso e um envelope selado, solicitando que por gentileza envie o questionário respondido através do Correio. Caso seja de sua preferência, informe seu endereço eletrônico e eu enviarei o questionário pela Internet. Neste caso, meus e-mails estão relacionados a seguir.

Solicito por gentileza, que o questionário não deixe de ser respondido, pois a qualidade do trabalho depende em grande parte da quantidade de respostas obtidas.

Os dados coletados serão tratados de forma confidencial e informações sobre o programa de mestrado estão disponíveis no endereço [www.ppgen.ufrj.br](http://www.ppgen.ufrj.br). Estou a disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários e desde já, agradeço a sua atenção.

Cordialmente,

Marcos Queiroz  
2142-0859 (trab)/ 9794-6035  
2142-0023 (fax)  
[marcosqueiroz@ibge.gov.br](mailto:marcosqueiroz@ibge.gov.br)  
[pesquisarural@yahoo.com.br](mailto:pesquisarural@yahoo.com.br)